

## **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015**

Presidência dos Srs. Vereadores Rosa Fernandes, Presidente da Comissão, e Rafael Aloísio Freitas, Vice-Presidente da Comissão.

Às dez horas, em segunda chamada, no Plenário Teotônio Villela, sob a Presidência da Senhora Vereadora Rosa Fernandes, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, com a presença do Senhor Vereador Rafael Aloísio Freitas, Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, tem início a Audiência Pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 1.534/2015, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2016", com a presença dos representantes da Secretaria Municipal de Saúde ? SMS e da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A ? RioSaúde.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Nos termos do Artigo 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, combinado com o Precedente Regimental 43/2007, dou por aberta a Audiência Pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira com o objetivo de discutir do Projeto de Lei nº 1.534/2015, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício de 2016" com a presença da Secretaria Municipal de Saúde ? SMS e da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro ? RioSaúde.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é constituída pelos Senhores Vereadores: Rosa Fernandes, Presidente; Rafael Aloísio Freitas, Vice-Presidente; e João Cabral, Vogal.

A Mesa está assim constituída: Excelentíssima Senhora Vereadora Rosa Fernandes, Presidente da Comissão; Excelentíssimo Senhor Vereador Rafael Aloísio Freitas, Vice-Presidente; Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde, Doutor Daniel Ricardo Soranz Pinto; Ilustríssimo Subsecretário Geral da Secretaria Municipal de Saúde, José Carlos Prado Júnior; Ilustríssima Senhora Subsecretária de Atenção Primária, Vigilância e Promoção de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, Doutora Betina Durovni; Ilustríssimo Senhor Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde, Doutor Mário Celso da Gama Lima Júnior; o Excelentíssimo Senhor Vereador Paulo Pinheiro, Vogal da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social; e o Excelentíssimo Senhor Vereador Dr. João Ricardo, Vice-Presidente da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social.

Para fazer uso da palavra, convido o Secretário de Saúde, Doutor Daniel Ricardo Soranz Pinto, que dispõe de 20 minutos.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Bom dia, Vereadora! Gostaria de cumprimentar o Vereador Rafael Aloísio Freitas, Vice-Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, cumprimentar o Vereador João Cabral, Vogal da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e também os Subsecretários aqui presentes, Mário Celso da Gama Lima Júnior e Betina Durovni, bem como a todas as autoridades da Secretaria Municipal de Saúde aqui presentes, diretores de hospital, coordenadores de área programática, o Superintendente de Orçamento, Viegas; e agradeço, também, a presença dos Conselheiros Municipais de Saúde, em nome da Vice-Presidente do Conselho Municipal, Fátima, também aqui presente.

Gostaria de dizer, Vereadora, que este é um momento superimportante para a Secretaria de Saúde. É um momento em que o orçamento da saúde, no país com um todo, vêm sendo reduzidos expressivamente. O Ministério da Saúde recebeu um corte de R\$ 14 bilhões. A Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro consegue manter seu padrão orçamentário e continuar avançando, o que é bastante importante.

Vereadora, nesta apresentação, a Secretaria Municipal de Saúde tentou montar uma perspectiva comparada entre o orçamento e apresentar bastantes detalhes da elaboração da LOA, comparando com o orçamento dos anos anteriores, por unidade de saúde e por plano de trabalho. Então, procurando, diferentemente dos demais anos, apresentar uma perspectiva comparada desse orçamento, para que possamos apresentar os avanços e a evolução orçamentária ao longo dos anos.

Já no primeiro slide, conseguimos ver nesse gráfico de evolução dos recursos em relação à Emenda Constitucional 29, demonstrar que o Rio de Janeiro vem aumentando seu percentual de participação na Saúde, do mínimo constitucional de 15%, executando 20,4% no ano de 2015, e com previsão para o ano de 2016 utilizar 21,5% do seu orçamento com o Sistema Único de Saúde na cidade. Comparando, as capitais brasileiras de maior porte, nós podemos perceber que o Rio de Janeiro em 2008 gastava somente 15% do seu orçamento com Saúde. Em 2014, 20,8%. Em 2015, a previsão é de 20,4%. E 2016, 21,58%. Comparando com as demais capitais, percebe-se que, pela previsão orçamentária, o Rio de Janeiro ultrapassará a cidade de Porto Alegre, que gasta 21,27% do seu orçamento com Saúde, gastos de 2014. Nessa tabela, a gente também pode perceber a evolução ano a ano das principais capitais, para que os vereadores e toda sociedade possam comparar os gastos de maneira igual. Em relação ao total: o resumo da despesa por função, segundo origem de recursos, considerando todas as entradas, inclusive entradas do próprio Sistema Único de Saúde, uma comparação diferente da Emenda Constitucional 29, a gente pode perceber que o percentual de gasto em Saúde fica em 19,7% do orçamento global, num total de R\$ 4,9 bilhões. Vereadora, apesar de na matéria impressa a gente ter colocado todos os detalhes, infelizmente, pelo tempo, não conseguirei apresentar detalhe a detalhe e em alguns *slides* passarei com um pouco mais de velocidade. Na evolução orçamentária, a gente pode perceber que em 2008 foram

empenhados R\$ 1,8 bilhão e o orçamento na LOA de 2016 tem um aumento expressivo superior ao dobro de 2007, de R\$ 4,9 bilhões. No *slide* seguinte vemos a distribuição por subfunção. No seguinte, o detalhamento das subfunções, então, a gente pode perceber que o Tesouro Municipal, Fonte 100, a participação do orçamento é de R\$ 2,5 bilhões, a dotação de 2015 para previsão na LOA de 2016 é R\$ 2,9 bilhões. Demais outras fontes de menor expressão, aqui listadas, onde a gente começa a olhar na página seguinte as Fontes 180, do Ministério da Saúde, cuja atenção primária, repasse do bloco de financiamento do PAB Fixo e do PAB variável de R\$ 404 milhões. Da Fonte 181, que é um MAC ? Média e Alta Complexidade ? R\$ 1,043 bilhão. Na Fonte da Vigilância e Saúde, R\$ 56 milhões, e na Assistência Farmacêutica, R\$ 48 milhões de previsão. A previsão de recursos ainda em outras fontes, de convênios, a serem realizadas, é de R\$ 130 milhões na Fonte 118. E o convênio da Secretaria Municipal de Saúde com a Rio Saúde na casa de R\$ 66 milhões. Evolução dos valores por fonte de recurso, demonstrados em gráfico, apresentando evolução de recursos do Tesouro Municipal e do Fundo Nacional de Saúde, mostrando que a gente tem o aumento, na próxima LOA, expressivo de recursos do Tesouro Municipal na participação em Saúde.

No segundo gráfico apresentado, a gente pode perceber a despesa de pessoal em encargos sociais, na Secretaria, em relação às despesas de custeio em relação a investimento. De novo o slide com a Emenda Constitucional 29, e comparando com as demais capitais do País.

Agora, apresentando sucintamente os principais programas estratégicos e programas complementares que foram definidos no PPA vigente.

Então, são cinco programas estratégicos: saúde presente; reestruturação do atendimento de urgência e emergência; desospitalização - PADI; atendimento psicossocial; e saúde inteligente.

Esses programas complementares que são, tradicionalmente, apresentados no nosso PPA, ações de programas de saúde e linha de cuidado; atenção hospitalar; vigilância em saúde; vigilância sanitária; infraestrutura e gestão do SUS; e gestão administrativa.

Apresentam-se detalhados nos slides, a seguir, por ação e por produto.

Eu vou passar por esses slides, que seria um componente muito grande para a gente apresentar e não teríamos tempo. Eu vou manter a apresentação na parte orçamentária, iniciando pela CAP 1.0. Agradeço a presença dos conselheiros da AP1, aqui presentes. Na página CAP 1.0, Unidade Orçamentária 1805 e 1888.

O orçamento das CAP?s está dividido em algumas ações. A primeira ação é vigilância em saúde, com R\$ 3,8 milhões na CAP1. Manutenção e custeio da rede hospitalar, que sai da coordenação de área programática, no orçamento de 2015 e na LOA/2016.

Concessionárias de Serviços Públicos: provisão de gastos com pessoal, que sai de R\$ 37 milhões para R\$ 43 milhões na AP 1.0. Manutenção e custeio da rede de apoio, que sai de R\$ 2,9 milhões, para R\$ 2,19 milhões. Manutenção e custeio da rede de atenção primária, que sai de R\$ 38 milhões, em 2013, para R\$ 70 milhões em 2016.

Finalizando o Orçamento da AP1, que sai de R\$ 78 milhões para R\$ 120 milhões, na próxima LOA, devido ao aumento das equipes de atenção primária, aumento bastante expressivo na AP 1.0.

Eu demorei um pouco na apresentação de slide da AP 1.0, para a gente entender como será distribuído os próximos slides e apresentação das próximas unidades.

No Hospital Municipal Souza Aguiar, a gente sai em 2013 de um orçamento de R\$ 113 milhões para um orçamento de R\$ 214 milhões; onde a manutenção e o custeio da rede hospitalar sai de R\$ 45 milhões para R\$ 66 milhões, na LOA de 2016. Comparando com o ano de 2015, de R\$ 61 milhões.

Manutenção e custeio da Maternidade Maria Amélia Buarque de Holanda, que sai de R\$ 37 milhões, mas se mantém em R\$ 37,4 milhões.

Custeio das coordenações do SA, R\$ 19,4 milhões.

Na AP 2.1, na Coordenação de Atenção Primária, que engloba as unidades Manoel Zé Ferreira, Catete, Rocinha, Vidigal, Rocha Maia. A gente sai de R\$ 84 milhões em 2013, com a previsão de R\$ 118 milhões em 2016. Para o Hospital Rocha Maia, a gente sai de R\$ 21 milhões em 2014, para R\$ 22 milhões, em 2016; executando, em 2015, a previsão de R\$ 21,1 milhões.

Hospital Miguel Couto ? agradecendo a presença do diretor do Hospital Miguel Couto, Cristiano Chame.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu queria conhecer, porque são tantos elogios.

Prazer.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Em 2013, saindo de R\$ 100 milhões para, em 2016, R\$ 183 milhões, com previsão, na LOA, para R\$ 183 milhões; com previsão para execução, em 2015, de R\$ 179 milhões. Distribuição do Plano de Trabalho, então, da AP 2.1 ? agradecer a presença do coordenador Alexandre Modesto.

Saindo de R\$ 52 milhões, em 2013, para R\$ 79 milhões, em 2016.

Na AP 3.1, a gente pode perceber, também, o aumento significativo das equipes de Saúde da Família.

Saindo de R\$ 196 milhões para R\$ 280, em 2016.

Importante destacar a previsão de gasto com pessoal, saindo de R\$ 38 milhões, em 2013, para R\$ 45 milhões, em 2016.

O Hospital Municipal Paulino Werneck, e a coordenadoria toda de Geral, Urgência e Emergência da 3.1, que sai de R\$ 19 milhões, em 2013, para o Complexo da Ilha todo, para R\$ 87 milhões. Obviamente, esse aumento expressivo se deve ao custeio do CER Ilha e à entrada do Hospital Evandro Freire. Então, a gente sai de um custeio somente do Hospital Paulino Werneck para um custeio de todo o Complexo ? muito mais que o dobro do número de leitos e muito mais que o dobro da produção, nesse Complexo.

A gente pode perceber, como o custeio do Hospital Paulino Werneck era bem pequeno, R\$ 6,4 milhões, aumentando com a entrada do Evandro Freire para R\$ 51 milhões.

Na AP 3.2, a gente sai de R\$ 130 milhões, em 2013, para R\$ 173 milhões, em 2016. De 2015 para 2016, um aumento de R\$ 17 milhões, também previsto para aumento das equipes de Saúde da Família, e R\$ 2 milhões de aumento da previsão de pessoal de RH próprio.

Hospital Salgado Filho ? agradecer a presença do diretor, João, vibrando.

Saindo, em 2013, de R\$ 108 milhões ? agora o João está com uma nova equipe de CGA. Ele cedeu o CGA dele, o coordenador de Gestão Administrativa, para o Hospital Miguel Couto. Então, parabenizar o nosso coordenador de Gestão Administrativa, ex-coordenador de Gestão Administrativa do Salgado Filho, que assumiu, agora, a Coordenadoria de Gestão Administrativa do Hospital Miguel Couto - saindo de R\$ 108 milhões, em 2013, para R\$ 165 milhões, em 2016.

Comparando com o Orçamento de 2015, que era de R\$ 152 milhões, houve um aumento de aproximadamente 6%.

Na CAP 3.3, a gente também tem uma previsão de aumento de equipes de Saúde da Família significativo, Vereadora, na região de Irajá, de Madureira, de Acari. Saindo de R\$ 170 milhões, em 2013 ? não é isso, Roberto? - para R\$ 213 milhões, em 2016. Já existe uma série de Clínicas da Família sendo construídas na região, o que certamente aumentará essa previsão de custeio.

Hospital Ronaldo Gazolla sai de R\$ 74 milhões, em 2013, da Coordenadoria como um todo, para R\$ 128 milhões, em 2016. A gente pode perceber uma redução no custo de manutenção do Hospital Ronaldo Gazolla, quando ele sai do modelo de empresa, para o modelo de organização social, de uma entidade sem fins lucrativos ? no Ronaldo Gazolla ?, saindo de R\$ 71 milhões em 2013 para R\$ 66 milhões em 2016.

Na CAP 4.0, a Unidade Orçamentária 1811, saindo de R\$ 83 milhões para R\$ 180 milhões. Agradecer também, aqui, a presença da Coordenadora da CAP 4.0, Doutora Carolina Canedo e a presença do nosso Presidente do Conselho Distrital da CAP 4.0, Senhor Azaury.

Também, acompanhando esse aumento do dobro do orçamento da CAP 4.0, - hoje é uma das áreas da Cidade com menor cobertura de Saúde da Família do Município do Rio de Janeiro, esse aumento expressivo do número de equipes também vem acompanhado do aumento expressivo do custeio na CAP 4.0.

Hospital Municipal Lourenço Jorge, saindo de R\$ 89 milhões, no complexo como um todo, para R\$ 168 milhões.

Essas comparações das unidades criadas recentemente dos complexos hospitalares ficam mais fáceis e mais transparentes, comparando o ano de 2015 com o ano de 2016. A gente também apresentou essa comparação ano a ano, por ações para também permitir maior clareza no processo de entendimento da LOA.

Indo para a CAP 5.1, uma das maiores áreas programáticas da Cidade, com o PT, com a Unidade Orçamentária 1812, com o Plano de Trabalho 213 e 215 - desculpa - 2013 e 2015, a gente sai de R\$ 166 milhões, em 2013, para R\$ 223 milhões, em 2016.

Hospital Municipal Mariska Ribeiro, que sai de R\$ 123 milhões, em 2015, para R\$ 125 milhões, em 2016. Incluindo nesse complexo, obviamente, as UPA de Vila Kennedy, Senador Camará e Magalhães Bastos.

A CAP 5.1 - desculpa - 5.2. Na CAP 5.1, ainda, agradecendo a presença da Coordenadora Tatiane Caldeira e de toda sua equipe. Na 5.2, agradecer a presença da Doutora Liliane Leal, aqui presente, saindo de R\$ 175 milhões, em 2013, para R\$ 229 milhões, em 2016. Também com aumento expressivo no custeio da atenção, da Rede de Atenção Primária em Saúde, na 5.2.

Na AP 5.3, agradecendo a presença da Coordenadora Leila Marino e da equipe da 5.3, a gente pode observar o aumento de R\$ 119 milhões, em 2013, para R\$ 163 milhões, em 2016. E a previsão para a execução na CAP 5.3 é de R\$ 155 milhões, na provisão de gastos com pessoal, saindo de R\$ 28 milhões, em 2013, para R\$ 33 milhões, em 2016. A previsão para gastos com concessionárias de serviços públicos da administração direta, saindo de R\$ 256 milhões, em 2013, para R\$ 390 milhões, em 2016.

É importante grifar que o Plano de Trabalho de concessionárias aumenta expressivamente devido ao importante aumento dos gastos com a energia elétrica, não em número de kW's que a Secretaria vem gastando, Vereadora. A Secretaria vem economizando número de kW's utilizados, mas aumentando o preço da conta de luz, para o sistema como um todo.

Foi um pleito e uma sugestão para a assembleia, que possa votar uma isenção de parte do imposto da energia elétrica aos hospitais municipais e unidades públicas de Saúde.

Esse é um pedido para os Deputados estaduais e esperamos contar com o apoio dos Vereadores da Casa para que possamos reduzir o impacto desse aumento das contas de energia elétrica, na Secretaria.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? É importante na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, porque o que está sendo feito na ALERJ, na Comissão de Orçamento, acho que podemos instituir aqui também. Depois vou botar os técnicos da Comissão para tratarem com os técnicos da Secretaria.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Ficaríamos muito gratos, porque é taxar o próprio Estado, é imposto em cima de imposto, e não seria positivo para o Sistema Único de Saúde manter essa taxação.

No Hospital Pedro II a previsão é sair de um total de R\$ 98 milhões, em 2015, para R\$ 91 milhões, em 2016, esse é o orçamento, não sei se ele se executará, e a previsão é sair de R\$ 176 milhões para R\$ 169 milhões.

Na LOA 2016 apresentando agora os pequenos hospitais num slide resumo, com um orçamento de cada um, ano a ano, não poderíamos deixar de apresentar o orçamento dos pequenos hospitais, nem das pequenas unidades orçamentárias também aqui presentes.

No orçamento da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, e aí já considerando o que o nosso nobre Vereador Rafael Aloísio de Freitas colocou na última reunião, estamos colocando um slide atendendo ao pleito específico para o orçamento da Vigilância Sanitária. Estamos mostrando que no orçamento total deste plano de trabalho da unidade orçamentária 1815, a Vigilância Sanitária sairá de R\$ 56 milhões, em 2015, para R\$ 60 milhões, em 2016, com um

aumento significativo também na previsão de gastos com pessoal de R\$ 34 milhões para R\$ 41 milhões.

Também apresentamos um slide específico para a unidade orçamentária do Instituto Annes Dias, atendendo solicitações anteriores, saindo de R\$ 589 mil, esse é o plano de trabalho recente, não era uma unidade orçamentária, e hoje é, mantendo os R\$ 589 mil.

A unidade orçamentária 1801, também detalhada aqui do nível central da Secretaria, por Subsecretaria, apresentando uma junção das ações e dos planos de trabalhos por Subsecretaria, um slide resumo com as despesas de fonte 100.

Alguns gráficos resumos para que a gente não precise detalhar tanto, a evolução do resumo do custeio das CAPS, a gente pode perceber que as CAPS, em 2009, tinham um orçamento de R\$ 212 milhões e, hoje, as coordenações diárias programáticas têm um orçamento de R\$ 1 bilhão 788 milhões.

Vereadora, quero destacar a importância dessa descentralização do orçamento, permite maior fiscalização de quem está na ponta gerindo o serviço. Permite maior autonomia dos diretores e coordenadores de área, e permite maior transparência orçamentária do que está sendo realizado.

A mesma coisa para a evolução do custeio dos complexos hospitalares que saem em 2009, de R\$ 454 milhões para R\$ 1 bilhão 651 milhões, e também permite realizar estudos em relação à produção das unidades versus o investimento público em cada uma delas, para que possamos calcular o grau de eficiência de cada uma de nossas unidades, de maneira mais simples.

Finalizando o nosso programa de investimento com as Clínicas de Família, já em construção, ou já licitadas, previstas para o ano de 2016.

Aqui são algumas fotos ilustrativas da clínica da família em construção na Rua do Bispo. A clínica da família do Parque Olímpico de Deodoro, da 3.3 em construção, da Estrada dos Bandeirantes, em Curicica; da Cândido Benício, na Praça Seca; da Francisco Porto; da Praça do Marujo, na 5.2, de Santíssimo; Brás de Pina; da Vila Olímpica do Mato Alto, que ainda não teve a pedra fundamental lançada, que está só no terreno; da Clínica da Estrada do Campinho, também já em construção; da de Acari; Madureira, da 3.3, da Edgar Romero; da Taquara, da 4.0, Jacarepaguá; Engenho de Dentro; da Rua da Abolição, ali do lado do viaduto. E assim por diante, só para que a gente possa ilustrar um pouco do esforço orçamentário para manter o investimento.

E agradecer muito a toda colaboração da Câmara de Vereadores, que, com certeza, apoiou muito para que esse projeto de investimento pudesse estar acontecendo com a autorização de gastos provenientes da Câmara de Vereadores, com a construção de unidades de Saúde da Família e Clínicas de Família.

Muito obrigado, Vereadora. Muito obrigado a todos os vereadores presentes. E a Secretaria, todos os técnicos, técnicos do orçamento e eu estamos disponíveis para qualquer esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Obrigada, Secretário. A gente

consegue perceber a evolução e o amadurecimento da Secretaria ao longo desse tempo, principalmente a partir da gestão do Doutor Daniel Soranz. E essa característica de compromisso com a causa pública e com a empolgação que a gente percebe com cada diretor, com cada técnico, com cada assessor, com cada equipe de dentro da Secretaria! As pessoas vibram a cada conquista, a cada avanço! Eu nunca vi uma Secretaria de Saúde tão humanizada, tão participativa, tão envolvida e tão conhecedora da ponta como vocês são. Eu acho que essa apresentação, Secretário, diferenciada não só por CAP, mas por unidades, é um marco na prestação de contas, mas também é, por outro lado, uma forma para que nós, que temos esse papel de fazermos uma melhor fiscalização e um melhor acompanhamento a partir das próximas gestões. Possivelmente, nós não vamos mais aceitar uma prestação de contas que não seja por CAP e por unidade porque esse comparativo que vocês fizeram, de 2013 a 2016, tem que passar a ser uma norma de 2017 em diante. Então, como eu disse, não só fiscalização, acompanhamento, mas como o próprio Secretário coloca, economia, transparência e autonomia. E isso é um marco na discussão do orçamento e na prestação de contas da Secretaria de Saúde. E, aliás, a gente se sentiria bem mais confortável se pudessemos ter isso também nas outras secretarias porque, para nós, que conhecemos a ponta, a maioria dos vereadores, é muito mais fácil de fazer esse acompanhamento porque a gente conhece as unidades, sabe as necessidades e suas diferenças. Eu vou fazer o inverso hoje. Vou deixar as perguntas da Comissão para depois. E vou convidar o Vereador Paulo Pinheiro para que ocupe o microfone e faça as suas considerações.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Cumprimento todos os presentes. Esse cumprimento estende-se ao Secretário, que, ao chegar cumprimentou todos, e esqueceu de me cumprimentar. Mas é porque eu estava escondido. Então, queria cumprimentar o Secretário pela sua participação aqui também. A nossa discussão, nesta Audiência Pública tem alguns assuntos específicos. Queria ver, vereadora, se a gente poderia ter as respostas em seguida às perguntas, porque guardar blocos de respostas não tem sido bom e não deu certo até agora.

Temos quatro tópicos de perguntas à Secretaria. Nas últimas Audiências Públicas, entendemos o que foi apresentado. Há um aumento claro do orçamento, e uma das primeiras perguntas que queria fazer à Secretaria é sobre a redução de repasse do Governo Federal. Isso é importante. E queria que fosse melhor detalhado para nós qual é o peso que a Secretaria vê do repasse este ano, independente do que acontecerá no ano que vem em relação a repasse federal.

Uma das dificuldades que temos demonstrado nas Audiências Públicas sobre orçamento é a questão da melhor qualidade na fiscalização dos recursos públicos gastos, principalmente em relação ao dinheiro público que é, por opção do atual governo, terceirizado dentro da área da saúde. Estamos vendo que, para o orçamento do ano que vem, o peso também é grande. Dos R\$ 4,9 bilhões, R\$ 1,97 bilhão estão direcionados para os gastos com a terceirização

da gestão com as organizações sociais. E um dos problemas que a vereadora Rosa Fernandes tem visto aqui constantemente ? porque ela tem participado das discussões como presidente da Comissão ? é o que significa o trabalho do Tribunal de Contas e o que os governos têm feito em relação ao trabalho do Tribunal de Contas. Duas semanas atrás, votamos a prestação de contas do Prefeito Eduardo Paes referentes ao ano de 2014. Isso tem a ver com a discussão anterior. Nós aqui, em duas ou três Audiências Públicas anteriores, nas prestações de contas trimestrais, quadrimestrais, temos cobrado das Secretarias uma série de informações a respeito do trabalho de fiscalização do Tribunal de Contas. Sei que tem havido reuniões com o Tribunal de Contas, mas o que a gente nota é que alguns pontos das fiscalizações da cobrança ao Poder Executivo têm sido falhos. Por mais divergências que tenha havido aqui nas reuniões, entendo perfeitamente. Da mesma maneira que a Secretaria já amadureceu ? como a vereadora Rosa Fernandes acabou de falar ? também já amadureci, entendo e convivo muito bem com as divergências. Não sou inimigo de ninguém da Secretaria. Simplesmente tenho discordâncias. Espero e gostaria que isso fosse levado em consideração nas nossas discussões. Fiz uma série de questionamentos sobre as prestações de contas de várias organizações sociais. Fiz várias denúncias sobre algumas OS, e entendi que muitas delas foram acatadas. A Secretaria de Saúde também chegou à mesma conclusão. E vimos aí a péssima atuação que tínhamos no CER-Leblon, no CER-Barra e em outras OS, o Instituto SAS (Sistema de Assistência Social e Saúde), da Maternidade Maria Amélia, que acabaram sendo trocados. O que acontece é que, nas prestações de contas, o Tribunal de Contas faz recomendações, e o que nós estamos vendo é que exatamente a reclamação feita há três meses, está sendo feita agora na prestação de contas. Peço licença à Presidente para ler a parte final da prestação de contas do Prefeito Eduardo Paes que é feita pelo conselheiro Ivan Moreira, onde ele diz o seguinte e gostaria de destacar alguns pontos:

(LENDO)

?Ao examiná-lo, causou-me espécie o fato de apenas uma recomendação da prestação de contas do exercício anterior ter sido atendida. Ou seja, de um total de 26 recomendações, 16 não foram atendidas, oito demandam análise futura, uma perdeu o objeto e somente uma foi implementada na íntegra. Entendo, Senhor Presidente,?

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Diz ele dirigindo-se ao Presidente do Tribunal:

(LENDO)

?que o não atendimento das impropriedades apontadas é motivo de ações junto ao Poder Executivo para que não reincidam em exercícios futuros. Vale

ressaltar que o índice superior a 60% de não atendimento pleno é alto demais, principalmente se algumas recomendações vêm sendo repetidas há vários exercícios.

Quero relatar, como já fiz na ocasião das Contas de 2009, que Recomendações e Ressalvas são ações, na verdade, que indicam um voto de confiança do Tribunal de Contas, perante o Poder Executivo, para itens que possam ser corrigidos que são, em regra, erros de mera forma e fáceis de regularização e que naquele momento, ainda, não causaram prejuízos ao erário. Portanto, sugiro que em exercícios futuros seja avaliado se realmente há condições de se manter esse "crédito", em função do não cumprimento dos atendimentos aos apontamentos.

Quando consideramos essas informações conjuntamente, percebemos que o não atendimento das recomendações é uma prática recorrente do Poder Executivo Municipal, E, infelizmente, inadequada, tendo em vista que o não atendimento delas poderá causar prejuízos à população carioca e, evidentemente, ao erário municipal?

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Na página seguinte, o Conselheiro fala sobre essa atuação em relação à saúde.

(LENDO)

"Acerca das Organizações Sociais,

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Motivo da nossa discussão anterior.

(LENDO)

"como é do conhecimento desse colegiado, Senhor Presidente, as impropriedades levantadas pelo corpo técnico em diversos processos, bem como o noticiário, demonstram que há uma necessidade urgente de criar mecanismos mais presentes, com o menor tempo possível para avaliação das ações, bem como a criação de métodos que não permitam discrepância nos preços de materiais e serviços, em relação ao sistema de aquisições direitas feitas pelo Município.?"

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Há ainda diversos contratos e convênios com empresas de saúde e Organizações Sociais com prestação de contas pendentes. Nos arquivos da 4ª Inspeção, por exemplo, são identificados hoje mais de quarenta processos pendentes de arquivamento, contendo diversos procedimentos indevidos, falta

de justificativa de documentos e daí por diante.

Embora haja a rotina de procedimentos adequados de fiscalização, por parte do nosso corpo técnico ligado à área, a Prefeitura implementou uma ferramenta chamada ??Painel de Gestão?, que apresenta dados bem consistentes da rotina de prestação de serviços e de contas das Organizações Sociais e empresas de saúde. Pois bem, ocorre que o acesso a esta ferramenta não tem sido liberado na totalidade para consulta da auditoria da 4ª. Inspeção Geral, apesar da mesma já ter feito recorrentes solicitações, inclusive, já tendo sido motivo de expedientes enviados à Secretaria Municipal de Saúde, o que acaba dificultando a realização de uma detalhada fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Peço ao Vereador que conclua para não ultrapassarmos o tempo.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Pois não. A primeira pergunta é a respeito deste mecanismo. Esse painel, um contrato feito pela Fundação Getúlio Vargas, a gente gostaria de fazer as seguintes perguntas à Secretaria: qual é o principal instrumento utilizado pela Secretaria na fiscalização dos serviços prestados pelas OS?

Por que o painel de gestão foi desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas e não pelos órgãos da Prefeitura como o Iplan Rio, por exemplo?

Por que os valores dos contratos com a Fundação Getúlio Vargas para manutenção do painel permanecem os mesmos desde que foram pactuados para o desenvolvimento do sistema?

Todos os dados relativos aos contratos de gestão e de execução são disponibilizados nesse painel?

Todas as OS com contratos em vigor com a Secretaria disponibilizam dados de gestão no painel com que frequência?

Os dados constantes no painel são certificados pela Secretaria de Saúde? Com que frequência?

Porque o acesso a esses dados não é público uma vez que se trata de gestão de recursos totalmente públicos?

Essas são as perguntas em relação à questão das avaliações pendentes. E eu faria a lista aqui dada pelo Tribunal de Contas, avaliações pendentes entre elas com várias e várias das organizações sociais. Porque que este problema continua complicado em relação à fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde. Tentando ser mais rápido e terminar para que tenhamos o tempo conforme a nobre vereadora me passou, eu queria chamar a atenção para os problemas quando as OS vão embora. O Tribunal de Contas acabou de fazer um levantamento sobre a saída da Unir do CER Barra, a desastrosa administração da Unir. Entre os problemas constatados há problemas de não recolhimento de encargos trabalhistas. O mesmo que vem ocorrendo com reclamações de funcionários também na Maternidade Maria Amélia, onde a OS que entra, evidentemente, não é responsável pelos recursos que ficam. Eu queria que a Secretaria pudesse dar alguma explicação de qual é a sua posição em relação à constante reclamação de não recolhimento de encargos

trabalhistas, apesar de a Secretaria ter pago esses recursos pelas Organizações Sociais.

Por último, tem um requerimento de informações feito à Secretaria de Saúde que foi publicado e cobrado de todos nós, por isso fizemos o Requerimento de Informações, diretamente feito à Subsecretaria Hospitalar de Urgência e Emergência. É uma aquisição que está complexa. Eu não quis nem fazer nenhum comentário porque não temos informações suficientes sobre a compra de 28 camas Fawler, no valor de R\$ 530.973,00. Há uma série de descrições de que esse processo teria alguma complicação em relação aos preços. Eu gostaria, se fosse possível, a Subsecretaria poder avaliar e nos explicar. É o processo 0902605/2015, aquisição de 28 camas hospitalares para diversas unidades da Secretaria de Saúde, no valor de R\$ 530.973,00. Se pudesse alguém da Subsecretaria informar o destino dessas camas e realmente se é essa a questão da diferença do preço.

Finalmente, em relação a esse problema com a Fundação Getúlio Vargas e o painel de gestão, nós queríamos fazer um apelo a Secretaria de Saúde, se é possível que a Comissão de Saúde da Casa possa ter acesso a esse painel. Esse painel tem um controle através de uma senha e se a Comissão de Saúde, que tem a função de fiscalização, poderia ter acesso a esse painel.

Nós aprovamos aqui, senhor Secretário, um projeto de lei na semana passada que tenta ajudar de alguma maneira esse tipo de transparência. O projeto aprovado diz que as Organizações Sociais, que mantêm um contrato de gestão com o Município, serão obrigadas a publicar bimestralmente os seguintes demonstrativos relativos aos respectivos contratos: demonstração de valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços com indicação e denominação e número de CPF ou CNPJ, demonstrativo

do quantitativo de empregados e valor global da folha de pagamento vinculado aos contratos e demonstração das transferências realizadas pela Prefeitura. A publicação disposta no caput deste projeto se dará na página eletrônica da própria entidade na rede mundial de computadores. Esse projeto aprovado na Casa visa cobrar das OSs que elas façam isso que já fazem, ou teoricamente deveriam fazer bimestralmente ou mensalmente que façam pelo menos bimestralmente para colocar a disposição na sua própria homepage, para que a gente possa ter essas explicações.

E por último, Presidente: a Secretaria poderia nos dizer quais são os novos passos, como anda a situação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Secretaria Municipal de Saúde?

Muito obrigado. Obrigado pela sua colaboração.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? O vereador já ultrapassou 20 minutos.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Ganhamos aqui para isso ? para falar, não é Secretário? Estamos aqui, nesta Casa, com um problema: o pessoal quer

falar menos, e tem gente que quer falar mais. Há alguns, como nós, que gostam de falar mais e há alguns que gostam de falar menos ? eu gosto de falar muito.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? É verdade. Não pode reclamar desta audiência, jamais.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Ainda não, ainda não.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Não, jamais! Já cumpriu a sua meta.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Ainda não posso dizer isso.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Quero fazer só uma observação, Paulo, porque fiz algumas visitas ao Tribunal. E, nessas visitas, uma das coisas que falamos foi sobre a presença do Secretário no Tribunal se colocando à disposição para fazer os esclarecimentos necessários, enfim, tratando com os técnicos e enviando o material. Isso foi uma evolução também, até para esclarecer as dúvidas de quem não tem uma participação muito efetiva e dentro da própria Secretaria. Quando o Conselheiro Ivan Moreira ? o conhecemos bem ? diz que tem recomendações; mas, ao mesmo tempo confia porque há soluções fáceis, é verdade. Muitas vezes, você esclarece metade do relatório, quando conversa e discute com o técnico. Cada um, hoje, está fazendo bem o seu papel. Acho que o Tribunal pontua, sem restrição. Independente de termos proximidade com o conselheiro ou não, tem tido uma postura muito correta, muito séria ? o conselheiro Ivan Moreira é uma pessoa que tem conteúdo suficiente para fazer uma análise e um trabalho desse tipo. Eu queria perguntar ao Secretário se gostaria de responder ou fazer algum comentário, para que pudéssemos entrar nas perguntas da Comissão.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Muito obrigado, vereadora. Também queria agradecer a presença dos vereadores Prof. Célio Lupparelli, Eduardão, Reimont. Peço desculpas, como disse o vereador Paulo Pinheiro, aos que não consigo enxergar ? agradeço muito a presença dos senhores aqui na apresentação da LOA.

Respondendo às questões, com muito respeito e com muito carinho, vereador: as divergências existem, estão devidamente colocadas à Mesa. É uma opção de gestão o modelo de organização social, que, hoje, tem trazido ganhos expressivos para o município do Rio de Janeiro. Como qualquer modelo de gestão, feito por pessoas na área de saúde, tem pontos positivos e negativos que precisam ser devidamente apresentados.

Gostaria também de registrar, vereador, que todas as suas considerações colocadas, como denúncias ou qualquer outra coisa, serão devidamente consideradas pela Secretaria de Saúde. Quando necessárias, providências serão tomadas para sanar a situação, ou até mesmo solicitar ressarcimento dos problemas, quando acontece algum dano.

Importante também deixar claro que a Secretaria Municipal de Saúde ? e quero agradecer as presenças da Doutora Stael, Coordenadora de Gestão Institucional; e do Doutor Rodolfo, responsáveis por responder à demanda, o que representa um setor bastante grande por coletar as respostas em diferentes setores e responder ao Tribunal de Contas e outros órgãos da sociedade. Agradeço pelo trabalho e dizer que estamos avançando muito, vereador, nessas respostas, nessas colocações e no próprio atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Município na melhoria dos nossos controles. Lembrando que o Tribunal de Contas do Município tem objetivos comuns da Secretaria Municipal de Saúde, que é preservar o dinheiro público. Também respondendo algumas questões mais específicas em relação ao Painel de Gestão, o Iplan não tinha capacidade operacional para desenvolver o sistema de Organização Social. Por isso foi necessário o apoio da Fundação Getúlio Vargas na criação do Painel OSINFO. A Fundação Getúlio Vargas tem alto prestígio, reconhecimento e expertise nessa área, e ajudou muito a Secretaria no desenvolvimento do Painel de Gestão. Por isso o Iplan não pôde estar sozinho nessa construção, mas apoiou com requisitos técnicos e no acompanhamento da execução desse serviço.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Só uma pergunta, Secretário. Quanto custa o painel por ano?

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Vereador, o Painel de Gestão por ano, eu não vou ter esse detalhamento aqui do valor dele. Não sei quanto custa o painel em si, mas posso lhe responder que ele é feito através de um convênio com a Fundação Getúlio Vargas. Também dados de gastos no painel apresentados publicamente, a gente tem objetivos comuns. Só a Cidade do Rio de Janeiro tem um Painel de Gestão com a complexidade que a gente tem hoje e com detalhamento das informações das Organizações Sociais como temas. Hoje eu posso falar tranquilamente que a gente tem o maior acervo em dados e informações da prestação de contas de todas as Secretarias do país que trabalham com Organizações Sociais. Apesar dos dados do painel não estarem públicos na internet, todos os dados de Recursos Humanos estão disponíveis no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, que podem ser extraídos por unidade. Sendo assim, pode-se avaliar quantos funcionários existem e estão presentes no Centro, ao lado do Souza Aguiar, pelo seu CNES. O cronograma de gestão e o cronograma de desembolso de cada contrato de gestão também é publicado na íntegra em Diário Oficial, e seria muito simples fazer o cálculo do número de pessoas no CNES com o total da folha prevista no cronograma, todas as informações publicadas e disponíveis de livre acesso na internet. Também, o detalhamento do repasse para cada Organização Social é publicado no Diário Oficial do Município. Obviamente que a nova legislação e pleito do Vereador de disponibilização no site das OSs, facilitam a obter essa informação e podem servir de reforço ou uma maneira mais prática para a gente utilizar os dados que já estão públicos.

Em relação a senhas do Painel de Gestão, são mais de 300 senhas distribuídas na cidade. Todos os coordenadores de área, coordenadores de Gestão Administrativa, todos os servidores do Município do Rio de Janeiro, diretores de hospitais, CGAs, DAPs, membros da CTA têm senha do Painel de Gestão. Agora, o próprio Tribunal de Contas do Município também tem senha do Painel de Gestão. E essa é uma solicitação que a Comissão de Saúde também pode fazer para a Secretaria Municipal de Saúde, para ter alguma senha. Agora, obviamente nós sabemos que essas senhas são utilizadas por toda a sociedade, para poder olhar os gastos das OS com mais detalhe. Não seria difícil fazer uma senha também informal para a Comissão de Saúde.

Em relação aos gastos de provisão para o pessoal do CER-Barra e da Maternidade, é uma situação extremamente grave. Nenhuma Organização Social pode gastar mais do que ela tem. Ela não pode utilizar recursos da rubrica Recursos Humanos com outros setores ou com outras naturezas de despesas do contrato. Isso aconteceu em alguns contratos em anos anteriores. A Secretaria de Saúde, atendendo às recomendações do TCM, atendendo recomendações do próprio controle interno do Município, já estipulou rubricas dentro dos contratos de gestão, separando recursos e provisão de recursos com RH e com outras naturezas de despesas, para garantir que não se utilizem verbas rescisórias trabalhistas com outras naturezas de despesas.

Todas as Organizações Sociais foram notificadas para que entreguem seus contratos, caso estejam gastando acima do previsto a ser gasto com pessoal. É expresso, claramente, nos contratos de gestão, que a Organização Social é responsável e deve fazer a provisão dos encargos trabalhistas de todos os seus funcionários.

Em relação ao Plano de Carreiras. Está em negociação com o Sindicato. Estamos em um momento muito difícil de negociação. Não conseguimos entrar em consenso com todos os pleitos. Há divergências na mesa de negociações. Esperamos ter um entendimento entre todos, para finalizar esse processo tão ansiado por todos os servidores e, também, por todos nesta Casa. Peço sua ajuda, contribuindo aliviando a tensão dessa situação, ajudando a produzir consensos, para que possamos avançar. Talvez num momento de crise, talvez no momento difícil que o País vive, hoje, não consigamos avançar com tudo que gostaríamos, mas que pudéssemos colocar pelo menos mais um tijolinho, mais um pedacinho na construção desse sistema.

O Vereador João Ricardo vem acompanhando o processo com muita proximidade. Esperamos que haja evolução nessa questão, nesse problema histórico da estruturação do Sistema de Saúde da Cidade.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Espero que o Vereador João Ricardo me convide para participar disso, para aliviar a tensão, porque a tensão é grande. Dentro da Casa mesmo essa discussão é muito tensa.

Eu esqueci uma pergunta. Só queria...

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu dou outro tempo, depois.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Um segundo só.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Um segundo.

O SR. VEREADOR PAULO PINHEIRO ? Que o Secretário pudesse, no final da última resposta, falar sobre o caso da morte daquele senhor lá no CER-Barra. A própria Empresa Municipal de Saúde fazia uma propaganda em seu site de que havia contratado gente para a Sala Amarela etc. E houve um óbito muito estranho lá, que está sendo avaliado. Gostaria que o senhor pudesse dar uma explicação para nós.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Só para responder, o caso do CER-Barra está sendo apurado com todo rigor. A própria direção e a própria presidente da Rede de Saúde estão envolvidas diretamente nessa apuração. Obviamente não se pode admitir situações como esta na nossa rede. Fique tranquilo, Vereador, porque apuraremos com todo rigor, para verificar se isso configurou alguma desídia de algum profissional de Saúde nessa unidade, que será devidamente punido.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu queria registrar algumas presenças. Começo pelo Excelentíssimo Senhor Vereador Professor Célio Lupporelli, Vice-Presidente da Comissão de Turismo; Excelentíssimo Senhor Vereador Professor Rogério Rocal, Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Emprego; Excelentíssimo Senhor Vereador Eduardão, Presidente da Comissão de Esportes e Lazer; Excelentíssimo Senhor Vereador Reimont, Vice-Presidente da Comissão da Educação e Cultura; Excelentíssimo Senhor Vereador Professor Uoston, Primeiro Secretário da Mesa Diretora; Senhor Carlos Evandro Viegas, da Secretaria de Fazenda; Senhor Carlos Eduardo Lima Rêgo; Márciode Araújo Resende, todos da Secretaria Municipal de Fazenda; Subsecretário de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde, Flávio Alcoforado; Erika Germer, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; Cristiano Chame, do Hospital Municipal Miguel Couto; João Berchmans Iorio de Araújo, diretor-geral do Salgado Filho. Continuando, Carla Brasil, superintendente de Hospitais Pediátricos e Maternidades da Secretaria Municipal de Saúde; Guilherme Wagner, superintendente de Atenção Primária do Município do Rio de Janeiro; Maria de Fátima Gustavo Lopes, presidente do Conselho Distrital de Saúde; Azaury Alencastro, presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP4.0; Maria Alice Lima, presidente do Conselho Distrital 2.2; Poliana Rodrigues, gerente da Secretaria Municipal de Saúde; Maria do Carmo Corrêa Barbosa, conselheira do Conselho Distrital de Saúde; e o nosso queridíssimo Marreta, também conselheiro do Conselho Municipal e Distrital da AP1.

Eu queria, então, Secretário, passar para algumas perguntas técnicas da equipe, que seriam em relação à Ação 1884 ? renovação do Parque Tecnológico de Unidades Hospitalares. Previu-se, para o exercício de 2014, a

aquisição de 331 equipamentos destinados às diversas unidades hospitalares do Município. A meta foi cumprida e esses equipamentos foram, de fato, adquiridos. Contudo, já em 2015, essa ação, embora faça parte do orçamento, desaparece do Anexo de Metas e Prioridades. E agora, em 2016, também. Pergunta-se: não está prevista para 2016 a compra de equipamentos para as unidades hospitalares do Município? Ou apenas não há detalhamento no Anexo de Metas e Prioridades? ? Vou fazer todas as perguntas.

A Ação 2856 ? Vigilância de Saúde, Prevenção e Controle de Doenças ? possui um produto, vitorias realizadas nos imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo levantamento de Índice Rápido para Aedes Aegypti, cuja meta para 2016 é de 5.200 mil vitorias. Em 2014, para uma meta de 4.300 mil vitorias, que foram realizadas, efetivamente, 7.800 mil vitorias ? quase o dobro do planejado. Para 2015, estão previstas por volta de 4,5 milhões de vitorias. Pergunta-se: a Secretaria de Saúde cumprirá a meta estabelecida para 2015, ou há possibilidade de superá-la? Que avaliação se faz da dengue, no Município, neste ano? E o que podemos esperar para o próximo ano? A previsão de gastos da Empresa Pública de Saúde no Rio de Janeiro, RioSaúde, para o exercício vigente de 17,600 milhões, até outubro, suas despesas alcançarão 33,900 milhões. Para 2016, a previsão de gasto é de 73 milhões, sendo que 66,400 milhões são recursos provenientes do convênio, (91%) desse recurso.

Pergunta-se: o mencionado convênio será firmado com o Governo Federal? Quais unidades hospitalares serão construídas, ampliadas e/ou reformadas com recursos do RioSaúde, já que para o orçamento de 2016 está prevista apenas uma janela orçamentária de R\$ 1.000,00, que é uma prática de abertura de Programa de Trabalho.

As despesas com pessoal para 2016 são da ordem de R\$ 35,3 milhões e estão relacionadas a quais unidades hospitalares do Município?

Quantos profissionais de Saúde, desde 2014, foram contratados pela RioSaúde para quais especialidades?

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Vereadora, é impressionante a organização e o olhar profundo da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. Estou bastante impressionado, aqui, com a qualidade dos questionamentos; com o detalhamento nesse papel que eu recebi. Isso permite a toda Secretaria poder esclarecer as questões no detalhe. E quando começar a responder a questão da ação 1884, que é a de renovação do pacto tecnológico das unidades, a previsão é que, obviamente, neste ano de 2015, a gente tenha um aumento da renovação do pacto tecnológico com relação a 2016; que é um ano que não se pretende renovar tanto o pacto tecnológico, crescer no aumento da renovação do pacto tecnológico, e sim aumentar as ações de custeio. Vai ser um ano, para a Secretaria Municipal de Saúde, principalmente para as unidades hospitalares, onde o custeio aumentará bastante. E a questão dos equipamentos, não há previsão orçamentária, neste momento, para grandes investimentos. Diferente do que aconteceu, este ano e em anos anteriores.

Em relação à vigilância em Saúde, um olhar superprofundo, eu acho que é a primeira vez que nesta Casa, desde que eu era Subsecretário, desde 2008, há uma preocupação com o setor tão crítico, que são os Agentes de Controle de Endemias e com a dengue. Na Comissão de Orçamento, fico bem surpreso com esse questionamento. A Secretaria vem aumentando muito o seu número de visitas. Certamente, respondendo à pergunta, se batermos a meta de 2015, certamente, a meta de 2015 estabelecida, será alcançada, mais de sete milhões de visitas. Isso se deve, principalmente, pela territorialização dos Agentes. Os Agentes de Controle de Endemias foram territorializados. Eles estão num local fixo, conhecendo a população e a população conhecendo quem é o seu agente responsável pelo seu cuidado; o que facilita muito a entrada desse agente no domicílio, aumentando o número de visitas, expressivamente, e principalmente, diminuindo o índice de infestação rápida por *Aedes Aegypti*. Vale registrar que esse é o primeiro ano da história da Cidade, desde que temos registros de dengue pelo SINAN, que não há nenhum óbito por dengue no Município do Rio de Janeiro; enquanto a nossa média de óbitos, de anos anteriores, era de 27/28 óbitos.

Então, é motivo de comemoração para a Secretaria, mas também é consequência de muito trabalho, de muita atenção orçamentária e de muita atenção de toda a equipe.

A avaliação que se faz para o próximo ano, de fato, é um aumento expressivo do número de visitas. E é essa meta que está sendo pactuada em 2016, com esse aumento. Nós e todos os técnicos da Secretaria temos bastante segurança de que é possível ser alcançado. Não é uma meta simples, não é uma meta que vai exigir muita dedicação de toda a equipe, mas ela é possível. Então, apesar de o aumento ser substancial, a meta é possível de ser feita.

Em relação à previsão do gasto com a empresa pública, nos convênios vigentes, esse convênio não é feito com o Governo Federal, ele é feito pela empresa pública com a própria administração municipal. Então, os convênios são da relação da Secretaria Municipal de Saúde com a empresa pública.

As unidades hospitalares que serão construídas, ampliadas e reformadas pela RioSaúde: nenhuma. Então, por isso é que, no SPT, só tem R\$ 1.000,00. A RioSaúde não fará obras e construção de novas unidades. Manterá em R\$ 1.000,00.

A despesa com pessoal, em 2016, da RioSaúde, é em torno de R\$ 35,3 milhões, que, especificamente, estarão alocados no CER Barra; na unidade UPA Cidade de Deus, que será assumida pela empresa pública; e na UPA de Rocha Miranda e na de Senador Camará, que atualmente já estão sob gestão da Empresa Pública Municipal.

Vereadora, muito obrigado! Agradeço muito toda a dedicação dessa equipe em construir um relatório de questionamentos tão organizado e bem detalhado quanto esse que recebi. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu queria só fazer um parêntese de ordem bem doméstica. Nessa questão do carro fumacê, que é uma demanda que a população inteira fica, em determinadas épocas,

reclamando, a gente não tem uma resposta técnica para passar. Eu sei que existem algumas questões que independem da vontade da secretaria, mas, assim, o que a gente pode passar para a população, em relação à questão do fumacê?

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Vereadora, em relação ao carro fumacê, a gente segue as regras da vigilância em saúde, especificamente da Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde. Ele tem que ser usado com muito critério, muito cuidado. Ele não é inócuo. Sua utilização pode causar risco ao meio ambiente e risco à própria população. Então, ele tem que ser utilizado com bastante critério e bastante cuidado. A utilização dele, normalmente, é nos primeiros horários da manhã, e deve ser usado especificamente para ações de bloqueio, ou no caso em que tenhamos um LIRA muito alto em alguma região, como não é o caso do momento atual da cidade. Muitas vezes, ele é utilizado como uma medida de desespero. Isso não é positivo para a sociedade como um todo, apesar de passar uma percepção, para as pessoas, de segurança. O problema maior está na proliferação dos focos, e não nos alados, que é o que o carro fumacê pretende combater.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu queria registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Marcelino D'Almeida, Vice-Presidente da Comissão do Idoso. Seja muito bem-vindo!

Eu queria convidar, então, o Excelentíssimo Senhor Vereador Prof. Célio Lupparelli, para que ocupe a tribuna.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI ? Senhora Vereadora Rosa Fernandes, Presidente da Comissão, Senhor Vereador Rafael Aloísio Freitas, Senhor Vereador Paulo Pinheiro, Senhor Vereador João Ricardo, Excelentíssimo Senhor Secretário Daniel Soranz, demais componentes da Mesa, bom dia!

Eu faço as cinco perguntas, Senhora Presidente, ou uma a uma?

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? O que o senhor prefere, secretário?

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Vereadora, a senhora comanda.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu acho que, para a gente ganhar tempo, seria bom fazer todas as perguntas, e depois ele responde. Porque a gente não gosta, pelo menos, a Comissão não gosta de deixar nenhum participante, nenhum orador sem se apresentar. Então, quanto mais a gente conseguir condensar, melhor.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPARELLI ? Então, quero saudar a Mesa e saudar os demais presentes a esta Audiência Pública.

Primeira pergunta: a Portaria Nº 130/2012 do Ministério da Saúde diz, no § 1º de seu Artigo 4º, que o CAPS Ad III ? que é o Ponto de Atenção do Componente da Atenção Especializada da Rede de Atenção Psicossocial destinado a proporcionar a atenção integral e contínua a pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool, crack e outras drogas, com funcionamento nas 24 horas do dia e em todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados ?, será retaguarda para população de 200 a 300 mil pessoas. Considerando haver no Rio cerca de 6,4 milhões de pessoas, deveríamos ter ao menos 21 CAPS deste tipo, se trabalharmos com a ideia de um equipamento para cada 300 mil pessoas, o topo da proporção proposta pelo Ministério. Assim sendo, temos apenas 4 CAPS desse tipo para uma população enorme, numa franca epidemia de uso de crack, e uma carência de cerca de 17 unidades para atender usuários a qualquer hora do dia ou da noite. Sequer temos previsão no PPA de aumento no número de CAPS AD III, pois há uma designação genérica de crescimento de CAPS, atrelada apenas à Secretaria de Desenvolvimento Social. Portanto, Secretário, resta a pergunta: como será a evolução dos CAPS Ad III na Cidade do Rio de Janeiro?

Segunda pergunta: por que o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira teve um decréscimo de cerca de 5,5% no orçamento inicial global proposto para 2016 em relação a 2015? Neste ano de 2015, tivemos um orçamento inicial global proposto de R\$ 35.003.623,00. Para 2016, teremos um orçamento da ordem de R\$ 33.063.760,00. O decréscimo, diga-se, torna-se mais evidente dentro do principal programa da unidade, "Atendimento Psicossocial", mais especificamente na ação "Ações de Atenção Psiquiátrica Hospitalar", que tem para 2015 um total de R\$ 22.983.223,00 e, para 2016, R\$ 20.696.495,00 ? aí, sim, uma perda mais evidente, de cerca de 10%. Há mais uma detalhe, Senhor Secretário: das duas fontes que alimentam a ação, a que foi realmente afetada foi a de número 100 (2015 ? R\$ 10.033.101,00 / 2016 ? R\$ 7.746.373,00), ou seja, recursos do Tesouro Municipal. A fonte 181, a outra fonte alimentadora desta ação, proveniente do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, permaneceu inalterada (2015 ? R\$ 12.950.122,00 / 2016 ? R\$ 12.950.122,00). Como isto afeta a oferta de serviços da unidade? Por que houve diminuição do repasse do Tesouro para o atendimento da Juliano Moreira?

Terceira pergunta: por que há apenas uma janela-orçamento para o Hospital Municipal Evandro Freire, no valor de R\$ 1.000,00?

Quarta pergunta: o PPA 2014/2017, na Ação 2088 ? "Gestão de treinamento e desenvolvimento" / Produto 1681 ? "Bolsista graduando e pós-graduando qualificado?", prevê qualificação para 910 graduandos e pós-graduandos por ano. Quantos destes graduandos e pós-graduandos aderem à rede? Quantos permanecem?

Quinta pergunta: por fim, Senhor Secretário, como está o fornecimento de insumos para o tratamento da diabetes no Município?

Essa pergunta se baseia no fato de que fomos procurados por pais e responsáveis de crianças e adolescentes doentes, que reclamam da falta de regularidade no fornecimento de insumos, tanto no que diz respeito ao tempo

que levam para pegar novamente os materiais quando os anteriores acabam, como no fornecimento integral daquilo que é preciso para que o doente desfrute do tratamento adequado. Terminei.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Com a palavra, o Secretário.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Vereador, muito obrigado pelas considerações. Fico muito feliz quando a gente vem nas audiências e vê que os vereadores leram o trabalho da secretaria na elaboração da LOA, essa relação, e vê que estamos tendo um diálogo e que as pessoas estão olhando o que a secretaria produz ou planeja. Para nós, é superimportante, acho que todos os técnicos ficam felizes com isso, é sinal de que estamos aqui para olhar qual o objeto do nosso planejamento. Então, agradeço o trabalho do senhor nesse processo, e gosto muito de responder cada uma dessas questões.

Em relação ao CAPS da 4.0 e da Juliano Moreira, inclusive comentei com a nossa própria equipe, que iríamos dar a impressão de que a Juliano Moreira perdeu o orçamento. O que aconteceu, se o senhor olhar na página da AP 4.0, na Unidade Orçamentária 1811, conseguimos perceber claramente que saíram R\$ 4,235 milhões do orçamento da Juliano Moreira para a Coordenadoria de Atenção Primária na 4.0. Foi feita uma IPO, uma instrução de processo orçamentário, que migrou esse valor da Juliano Moreira para a 4.0, com um retorno dos CAPS, dos Centros de Atenção Psicossociais, para as unidades de atenção primária.

Então, o que parece uma redução orçamentária, não é: é uma migração desse orçamento para dentro do orçamento da Coordenadora Caroline Caneto, que fará a ordenação da despesa do Centro de Atenção Psicossocial, como era em 2013, deixou de ser em 2014 e na LOA de 2015, e voltou agora em 2016, por, tecnicamente, acharmos que essa é a melhor forma de gestão dos recursos de atenção psicossocial.

Então, não há essa redução, foi uma migração de unidade orçamentária, e recursos do CAPS da Colônia Juliano Moreira estão presentes, como faremos a ampliação dos CAPS na cidade, da mesma maneira que estão previstas no plano estratégico, com um número de CAPS detalhado ano a ano, no plano estratégico da Prefeitura.

Tivemos, sem dúvida, uma redução desse aumento, na saúde mental, que esperávamos ter, mas isso se retoma, e chegaremos ao final da gestão com o plano estratégico completo.

Vale ressaltar que, apesar de serem poucas unidades, a grande maioria das unidades, só essa gestão inaugurou CAPS III, que são os CAPS de maior complexidade. Quando era subsecretário, tive oportunidade de, em 2010, participar da inauguração, junto ao Prefeito Eduardo Paes, do primeiro CAPS III da cidade, na Rocinha; do segundo CAPS III na cidade, no Alemão; e essa ampliação, até se alcançar a cobertura atual, ocorreu durante essa gestão. Certamente precisamos avançar mais, e é isso que esperamos.

Em relação ao Hospital Evandro Freire, a mesma situação acontece. Ele tem

R\$ 1.000,00 no plano de trabalho, num nível central, mas esse orçamento foi descentralizado para a Coordenação Regional da Ilha, do Hospital Paulino Werneck. Então, na página do PT 1869, na página do Hospital Municipal Paulino Werneck, Coordenadoria-Geral de Emergência da AP 3.1, nas ações de 2009, a gente pode perceber que esse recurso de custeio do Hospital Evandro Freire aparece na primeira linha aqui apresentada. Então, certamente, isso gerou confusão. Mas a gente não pode, simplesmente, apagar o PT do nível central porque ele está planejado no PPA. Então, no próximo PPA ? não é isso, Viegas? ? a gente acerta e extingue esse PT, deixando somente ali uma quantia simbólica para registrar que aquele Plano de Trabalho existiu e está ali no PPA.

Em relação aos bolsistas, a gente aumentou enormemente o investimento em bolsas de residência, em bolsas de pós-graduação. E 90% dos nossos residentes ficam na rede municipal de alguma maneira. Está aí o nosso Superintendente de Atenção Primária todo feliz, balançando a cabeça, que a gente sai de 100 residentes de Atenção Primária R1 para 150 residentes esse ano. E muito mais de 90%, então, na Atenção Primária, esses residentes ocupam as vagas nas Clínicas de Família. Então, a gente só é o município, a capital do país com maior percentual de equipes completas em Saúde da Família por essa formação. Hoje, a Secretaria Municipal é o maior centro formador do país. A gente forma muito mais que o dobro que o município de São Paulo. Isso deixa, certamente, todos os técnicos que trabalham com recursos humanos e com formação de recursos humanos muito envaidecidos, como estão o Guilherme, o André Justino, o André Lopes.

Por coincidência, Vereador, também está agora, neste momento, acontecendo, no Rio de Janeiro, o COBEM, o 54º COBEM, que é o Congresso Brasileiro de Educação Médica. E o município do Rio de Janeiro tem bastante destaque nessa formação e tem avançado bastante nessa formação.

Então, agradeço muito as observações de Vossa Excelência.

Para finalizar, falando dos insumos de diabetes em insulinas especiais e nas bombas de insulina, elas são distribuídas pela RioFarmes, que teve um desabastecimento no 1º semestre desse ano, com o compromisso do Secretário Felipe Peixoto de regularizar. E, aparentemente, nas discussões iniciais, parece que já se retomou e já se regularizou esse abastecimento. A situação orçamentária da Secretaria de Estado de Saúde é bem menos estável do que a da Secretaria Municipal. Então, certamente, isso teve algum pequeno impacto no programa, que eu espero que não volte a acontecer. Muito obrigado, vereador. E estou disponível para mais esclarecimentos.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI ? Eu é que agradeço. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Senhor Vereador Rafael Aloísio Freitas, Vice-Presidente da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOÍSIO FREITAS) ? Obrigado, Vereador Prof.

Célio Lupparelli.

Secretário, antes de passar para o próximo orador da tribuna, só fazer um pequeno comentário. Primeiro, a gente entende a complexidade que é ser o gestor dessa Secretaria. Dizer que no mês passado eu cheguei a visitar três dos grandes hospitais do município. Eu fui ao Souza Aguiar, que está passando por obras para aumentar o número de leitos; conversando com o diretor, Doutor Antônio. Estive também no Miguel Couto, conversando com o diretor, Doutor Cristiano, quando a gente conversou bastante, principalmente, sobre as equipes de saúde bucal. E no Hospital Salgado Filho, com o João, Diretor e com o João, Chefe da Emergência, do qual eu fui acadêmico bolsista, no período em que eu estava terminando a faculdade.

E a gente sabe que o principal que tem que se falar da Atenção Hospitalar, hoje, é o comprometimento que esses servidores têm com a Saúde do município do Rio de Janeiro. E eu tenho certeza que os avanços, passo a passo, cada vez serão maiores.

E com relação à Atenção Básica, eu visito algumas Clínicas da Família, principalmente na área da CAP 3.2, cuja Coordenadora, Cláudia Nastari, também está aqui. A gente sabe que é uma região onde foram lançadas as obras de algumas clínicas que ano que vem ficarão prontas. Esperamos que a área toda seja abrangida pelo Programa de Saúde da Família. A gente está aguardando ainda algumas situações.

Aproveitando a presença da nossa querida Maria Alice, queria perguntar quando será lançada a obra da Clínica da Família da Rua Botucatu. No início, houve uma controvérsia em relação a terreno. Mas, felizmente tudo foi resolvido, e a gente espera que essa obra seja lançada.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Agradeço pela presença da nossa coordenadora Cláudia Nastari.

Vereador, fico muito feliz. Sua presença nas unidades é sempre muito bem-vinda. Certamente, é um dos vereadores mais presentes nas unidades de saúde. Essas visitas, esse acompanhamento muito de perto permite também contribuir com esses avanços. O Hospital Miguel Couto está em obra para a construção de leitos de isolamento, que serão usados no caso de alguma doença entrar no período das Olimpíadas, porque precisamos de isolamento adequado. O Hospital Salgado Filho concluiu agora a obra de reestruturação da recepção do setor de imagem. O Hospital Souza Aguiar ? o Doutor Antônio Araújo, diretor deste hospital, está presente aqui ? também vem passando por uma obra grande e importante, não só de reestruturação de todo o seu segundo andar, mas também de climatização. Felizmente, a gente já conseguiu climatizar mais de 70% da rede hospitalar e fecharemos, no final deste ano, 85% da rede hospitalar totalmente climatizada, o que é um grande ganho para a gente, para os pacientes, para os funcionários, ainda mais que a previsão para o verão, principalmente no mês de fevereiro ? é uma grande onda de calor.

Conseguir executar essa climatização é motivo de muito orgulho.

Em relação à Clínica da Família do Andaraí, que o vereador tanto acompanhou e cobrou da Secretaria o projeto pronto. O terreno está em fase final de

liberação. Provavelmente, ainda no final do mês de novembro e no mês de dezembro, a gente lance a pedra fundamental numa grande festa lá. Com seis meses de obra, posso inaugurar ainda no primeiro semestre do ano que vem. Essa clínica é tão ansiada pelos moradores, e tão cobrada pelo vereador e pela presidente do Conselho Distrital, Maria Alice. Que a gente possa, de fato, suprir um déficit histórico, que é a cobertura de atenção primária de uma área da cidade que sofre tanto com deslocamento para conseguir uma consulta muitas vezes básica, simples.

A sua cobrança, vereador, deixa todos os técnicos e toda a Secretaria muito feliz. Isso faz com que avancemos. Se a gente está feliz com essa conquista, tenho a certeza de que você e todo mundo que trabalhou deve estar mais feliz ainda por esse problema ter sido finalmente solucionado.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOÍSIO FREITAS) ? Um último comentário. Quero agradecer pela prestação de contas, agora no papel, da Subsecretaria de Vigilância Sanitária. Também agradeço ao Doutor Lassance e sua equipe, porque, neste momento, também está ocorrendo uma reunião dele com o pessoal do Conselho Regional de Odontologia para discutir alguns termos do Código Sanitário que foi lançado pela Secretaria Estadual de Saúde, que acaba valendo para o Município. E a gente precisa entender melhor alguns temas que foram colocados ali. Parece que já estão combinando uma apresentação desse código com a participação do conselho através de uma videoconferência, junto com todos os cirurgiões dentistas que possam assistir a essa videoconferência.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Vereador, uma outra consideração sua na LOA anterior foi a questão da Odontologia nas Clínicas da Família. Isso não consegue ficar expresso por categoria aqui, mas estão mantidas e acontecerão. Ela não foi desconsiderada, está presente aqui. Ela não aparece especificamente, mas o compromisso está feito, e o planejamento vem com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOÍSIO FREITAS) ? Obrigado. Convido para usar a tribuna o senhor Paulo Cesar de Farias, morador de Guaratiba.

O SR. PAULO CESAR DE FARIAS ? Bom dia a todos!  
Quero parabenizar a Câmara Municipal do Rio de Janeiro pela iniciativa de promover esta Audiência Pública para discutir a Lei Orçamentária de nossa cidade. Quero parabenizar ao senhor Secretário pela brilhante apresentação onde demonstrou conhecimento dos problemas referentes à saúde do Estado do Rio de Janeiro e ao nosso ilustre vereador Paulo Pinheiro que teceu comentários a respeito do questionamentos relativos ao Tribunal de Contas. Sou morador de Guaratiba, lá no finalzinho do Rio de Janeiro, quase divisa com outros municípios, e uma preocupação que aflige muito os moradores dessa região é a questão do atendimento emergencial de saúde. Infelizmente, Senhor Secretário, não consegui visualizar na sua programação

para 2016 a tão prometida UPA de Guaratiba. Os moradores dessa região que tem uma extensão territorial muito grande têm que se deslocar, muitas vezes em horário noturno, para Campo Grande, Santa Cruz, Paciência e até, às vezes, a Barra da Tijuca, porque aquela região não tem uma Unidade de Pronto Atendimento.

Imagine, Senhor Secretário, aqueles que não têm um veículo para se deslocarem! Com a construção do BRT foi despertada a esperança daqueles moradores, devido à facilidade de um corredor de transportes, de ter a tão sonhada UPA construída. Durante anos e anos, principalmente no período eleitoral, a gente percebe a chegada de promessas de construção de uma UPA ali no final da Estrada do Magarça. Segundo informações dos profissionais de saúde, existe a programação de se construir uma UPA ali. Quando as obras da construção do BRT foram iniciadas, pensávamos que essa UPA seria construída porque acreditávamos ser mais importante para nós, moradores, uma UPA do que uma estação do BRT, tão importante para os trabalhadores. Venho aqui hoje para chamar atenção dos senhores que são da Secretaria de Saúde, da área de planejamento, de orçamento, pedir ajuda aos vereadores da Comissão de Saúde e também daqueles que não fazem parte dessa comissão, mas que com os votos dos moradores daquela região se destacaram no pleito anterior, para que neste momento em que estamos aqui discutindo o orçamento, se articulem com a Secretaria de Saúde para que se possa colocar no orçamento para o ano que vem essa tão esperada UPA de Guaratiba. Nós estamos aqui falando de uma região que está a mais de 70 quilômetros do centro da cidade e muitas vezes, como narrei anteriormente, é muito difícil o deslocamento seja com crianças, seja com idosos, para o atendimento nas unidades que acabei de mencionar.

Para Santa Cruz há a facilidade de deslocamento através do BRT, mas há a dificuldade em função da questão da violência vivenciada por aquele bairro; para atendimento na UPA de Campo Grande ou no Hospital Estadual Albert Schwartz há grande dificuldade de deslocamento; em Sepetiba, então, é mais difícil ainda, em função de só haver um meio de transporte para se chegar à UPA. Quem mora em Guaratiba, como eu, tem grande dificuldade para buscar esse atendimento.

Nós temos unidades de atendimento básico de saúde lá, os chamados postos, que atendem a contento, em parte, os moradores, mas nos horários de emergência essas unidades não estão preparadas para isso. Então, restam essas outras unidades que acabei de falar.

Eu gostaria de poder contar com a sensibilidade dos senhores da Secretaria, dos nobres vereadores desta Casa para que atendem nessa discussão do orçamento para 2016 para que se possa criar mecanismo de incluir, que não seja no primeiro semestre, mas no segundo semestre de 2016, uma construção de uma Unidade de Pronto Atendimento em Guaratiba. Eu pretendo continuar aqui até o final desta Audiência. Eu não sou da área de Saúde, estou aprendendo com vocês quando fazem esses questionamentos, quando fizeram as proposições de reformas e de construção. Eu vejo que algumas APP foram contempladas com a construção de novas unidades. E eu repito, aqui, pela

terceira vez, contar com a sensibilidade e o apoio do Poder Legislativo, já que na programação da Secretaria não consta a construção desta UPA lá, para fazer essa modificação e contemplar aquela região com essa Unidade, que é uma urgência, eu penso assim, em função da necessidade que possa vir a afligir, seja uma família, seja uma criança, seja um idoso numa necessidade emergencial. Essa é a minha fala. Quero agradecer a todos a atenção e o nosso muito obrigado.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Bom, para responder ao Paulo, morador de Guaratiba.

Paulo, agradeço muito a sua presença aqui na Audiência Pública. Primeiro, fazer uma correção. Nunca foi uma promessa da Secretaria Municipal de Saúde realizar a construção de uma UPA em Guaratiba. Essa promessa nunca aconteceu, ela nunca entrou nos planejamentos da Secretaria, no planejamento institucional da Secretaria de Saúde. Isso nunca aconteceu. Pode falar

O SR. PAULO CESAR DE FARIAS ? Eu gostaria de esclarecer que não foi promessa da Secretaria de Saúde. Eu estou dizendo que a cada pleito eleitoral dos anos anteriores, os candidatos aparecem.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Só para registrar claramente que não...

O SR. PAULO CESAR DE FARIAS ? Destaca-se que há a promessa, que há o planejamento, mostram-se plantas, mostra-se desenho de onde vai ser construída a UPA. E na verdade a sua fala me deixa mais decepcionado ainda, porque nós estamos nos aproximando de um novo pleito eleitoral e quer dizer, por mais quatro anos vamos esperar por uma promessa.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Entendo completamente a sua colocação, só que não é uma promessa. A Prefeitura do Rio de Janeiro poderia ter 21 pontos de atendimento de urgência e emergência pelo preconizado pelo Ministério de Saúde, por todos os outros países. Hoje, a gente já tem muito mais do que isso. Já temos 14 unidades de Pronto Atendimento, seis pontos de emergência, cinco unidades de emergência regional. Só do Município do Rio de Janeiro, sem contar os pontos de emergência das unidades estaduais e federais, muito acima do que deveria ser feito. A região de Guaratiba vai receber um reforço importante na sua unidade de Saúde. O Alvimar de Carvalho, com obra, com aumento das suas equipes. Em relação à distância dessa comunidade, das unidades de pronto atendimento, já se construiu uma UPA em Sepetiba. A facilidade da abertura do túnel da Grota Funda facilitou muito o acesso à emergência do Hospital Lourenço Jorge. De fato, existe um problema de transporte sanitário, à noite, para os pacientes que precisam se locomover. Entretanto, não há a menor possibilidade, em termos técnicos e em termos orçamentários, se construir uma UPA naquela região. Não seria justo com a população, seria utilizar os recursos

públicos de maneira inadequada. E o ideal é que a gente possa melhorar as questões de transportes para facilitar o acesso às emergências que já estão estabelecidas. Serviços de emergência, serviços hospitalares de alta complexidade, não podem ser pulverizados. E a qualidade técnica desses serviços cai muito. A gente já viveu, na Cidade do Rio de Janeiro, em outras épocas, pequenos postinhos de pronto atendimento, que gerava muito dano e gerava muito prejuízo à população que tinha algum caso grave e que precisava de um atendimento de urgência e emergência. Isso não é sustentável orçamentariamente para nenhum sistema de Saúde. Isso pode causar muito mais dano à Saúde do que benefício. A gente achar que pulverizar pontos de emergência pode causar benefício, não causará. Agora, estou de pleno acordo: acho que precisamos nos preocupar em como agilizar as questões de transporte das pessoas, fora do horário, em que a unidade de atendimento... O Alvimar de Carvalho está aberto.

Então, esse é o posicionamento da Secretaria e da nossa área técnica. Se vendem algum tipo de ilusão ou algum tipo de questão, elas não têm respaldo técnico da Secretaria Municipal de Saúde, elas não são sustentáveis orçamentariamente. Na verdade, orçamentariamente, hoje, o Município tem um investimento bastante alto em Saúde. Seria necessário reduzir alguns pontos de urgência e emergência e aumentar pontos de consultas e cirurgias eletivas de atenção primária, na Cidade ? isso será feito gradativamente.

Agora, respondendo à sua questão: é assim que a Secretaria acompanha esse caso. E temos acompanhado muito de perto, essa discussão com os moradores, tratando-a de maneira bastante técnica, clara e sem nenhuma promessa, sem nenhuma expectativa de algo que não acontecerá, não só para Guaratiba, mas também para nenhum outro local dentro do Município, que já tem uma cobertura de urgência e emergência bastante alta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOÍSIO FREITAS) ? Obrigado, Secretário. O próximo orador é o Senhor João Paulo Tapioca, assessor do Vereador Paulo Pinheiro.

O SR. JOÃO PAULO TAPIOCA ? Boa tarde.

Eu queria começar lembrando que publicidade e transparência não são a mesma coisa. Em primeiro lugar, eu queria parabenizar a apresentação porque vieram novos quadros, demonstrando, claramente, mais transparência dessa apresentação. Por exemplo, os equipamentos de Saúde, o credenciamento por AP, como a Vereadora Rosa Fernandes falou. Por outro lado, quando o Secretário responde ao Vereador Paulo Pinheiro que para termos acesso aos repasses de OS, eu tenho que tratar todos esses dados como dados primários, ou seja, eu tenho que ir ao Diário Oficial e olhar um por um para conseguir esse valor, isso é, claramente, um indício de falta de transparência no controle externo, porque você está respondendo a um controlador externo, no caso o Vereador ou qualquer um que seja, que ele tem que ir e tratar ele mesmo esse dado, sendo um dado fácil para a Secretaria obter. Então, eu queria só atentar

para essa diferença na questão de publicidade e transparência. Se eu precisar ir ao Diário Oficial para conseguir todos os dados... Desde que as OS foram implementadas, temos mais de 2.000 dias; descontando os finais de semana, são quase 1.500 dias; e se eu considerar de 3 a 5 páginas por dia, eu tenho que procurar de 5.000 a 7.500 páginas, com a finalidade de saber o quanto foi repassado para as OS. Acho que isso é insensato e é uma demonstração clara de falta de transparência ? e isso é fácil de ser sanado pela Secretaria.

Eu queria, também, colocar ? apesar de trabalhar como controlador externo, dentro do gabinete do Vereador Paulo Pinheiro ? que o meu objetivo vindo aqui, neste momento, é falar como cidadão e como mestrando da Fundação Getúlio Vargas ? acho que o Subsecretário já sabe ? e implementar, neste momento, uma metodologia. Como não consegui vários dados até este momento, o meu objetivo aqui é fazer a análise do discurso da sua resposta, para que eu possa usar isso como objeto da minha dissertação. Então, fui orientado a deixar isso explícito, porque faria parte de uma tentativa de construirmos uma relação de transparência.

Bem, a primeira pergunta que eu tenho a fazer é baseada no parágrafo único, do Art. 21 da Lei nº 5.026. O parágrafo único diz:  
(LENDO)

?O Poder Executivo deverá disponibilizar na rede pública de dados, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, incluindo a prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.?

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Então, eu gostaria de fazer uma pergunta bem objetiva para o Secretário, que é onde, exatamente qual o endereço eletrônico que contém um comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados pela OS? Essa é a minha primeira pergunta. Onde eu consigo essa informação?

A minha segunda pergunta - eu gostaria de saber onde, exatamente, consigo os relatórios conclusivos da Comissão de Avaliação sobre os resultados atingidos com a execução desses contratos de gestão. Eu estou procurando todos, de 2009 a 2014. Então, eu gostaria de saber onde eu posso encontrar isso, retroativamente.

A minha terceira pergunta - eu gostaria que o Secretário me informasse exatamente quais Organizações Sociais já foram desqualificadas. Eu consegui identificar ?Global? e a ?Marca?. Eu gostaria de saber se tem mais Organizações Sociais que já foram desqualificadas.

E a quarta pergunta que está relacionada a essa, quais os contratos de gestão que já foram reincididos pela Prefeitura? Eu gostaria de saber essas reincisões unilaterais.

E aí, a quinta pergunta, que também tem a ver com isso, é uma dúvida que tenho, se a rescisão do contrato de gestão implica, necessariamente, na desqualificação da Organização Social.

É isso.  
Obrigado.

(Durante o discurso do Sr. João Carlos Tapioca, reassume a Presidência a Senhora Vereadora Rosa Fernandes, Presidente da Comissão)

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Obrigada a você, João. Eu queria só fazer um parêntese. Todos nós gostaríamos de ter todos os dados e todas as informações nos relatórios, mas é humanamente impossível. O que eu acho que o Secretário faz, é avançar na forma de apresentação; mas, evidentemente, vai estar sempre tendo necessidade de conhecer mais dados, enfim, mais informações, porque a gente precisa ter a fonte para buscar isso, que é o que a própria Comissão faz.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? João, ótima colocação. Fico feliz de você fazer Mestrado na área de Organização Social e na FGV, construtora do painel. É o painel da FGV que disponibiliza todas as metas, dados de gestão de OS, de maneira simples e mais fácil acesso. Por isso que as CTAs utilizam esses dados e, gradativamente, eu concordo que esses dados precisam ser cada vez mais apresentados de maneira mais fácil para a própria população poder utilizar, poder cobrar. Isso é um processo de evolução natural e certamente vai acontecer e vai se aprimorar a cada ano, como se aprimora dentro da própria Secretaria de Saúde. Isso é um processo; não tem fim. Então, não é algo que se faça agora e que se construa o sistema e ele esteja aprimorado e vai ser para sempre igual. Ele sempre vai ter novas versões, novas atualizações, e a tendência histórica é que ele vá sempre evoluindo, melhorando, apesar do contexto, poder involuir, também, ou apesar das decisões de gestão, poder retroceder.

Então, essa é uma primeira colocação que vale também nessa análise de discurso, entendeu?

Outra colocação, nem sempre os dados públicos são de fácil obtenção, ou é simples a gente conseguir chegar nisso. Agora, um estudante de mestrado sabe que isso acontece em todas as nossas dissertações, acontece no nosso dia a dia, se a gente for utilizar os bancos de dados nacionais existentes, o SINAN, a própria CH para olhar os dados das Organizações Sociais para ver se as metas ali foram cumpridas. Não vai ser simples; não é fácil, mesmo a Secretaria tendo disponibilizado um tabulador eletrônico pelo TABNET e tudo mais.

Então, também me coloco à disposição para poder academicamente estar ajudando na organização e na facilidade desses dados. E obviamente que a publicação dos dados nos próprios sites das Organizações Sociais, como foi previsto na lei, isso vai facilitar muito todo o processo de fiscalização, de controle externo pelo gabinete dos Vereadores e tudo mais.

Em relação à publicidade e transparência, obviamente, as diferenças ficam claras. A transparência é o que vai ser ? e precisa ser ? conquistado cada vez mais no Poder Público, não só pelo processo da organização social, mas também por todos os processos da administração. Hoje, os contratos de

organização social talvez sejam os contratos que tenham maior transparência, o que é diferente dos demais. Precisamos evoluir também em todas as áreas, em todos os tipos de contrato. Nem sempre um contrato administrativo, ou um contrato de prestação de serviços ? 99% deles têm muito menos transparência do que os contratos de organizações sociais. Também é uma questão de evoluir o Estado como um todo.

O SR. JOÃO PAULO TAPIOCA ? Só acrescentar uma coisa: sobre o painel de gestão, eu concordo que é um grande avanço na questão da transparência, uma vez que esteja disponível, mas, nem como estudante da Fundação Getúlio Vargas, nem como cidadão, nem como controlador externo, dentro do gabinete, eu tenho acesso a esse painel de dados. Então, quero reiterar para que o quanto antes ele possa estar disponível ao público.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Claro.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu queria convidar o Sr. Carlos Henrique Marreta, do Conselho Municipal e Distrital da AP-1.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVES (MARRETA) ? Bom dia! Quando eu chego a esta Casa ? e eu vou a quase todos os gabinetes aqui ?, eu sempre me identifico lá embaixo, pego esse papelzinho aqui, coloco minha pastinha e entro em todos os gabinetes. Por quê? Eu não posso, como torcedor do Flamengo, ir à casa do Vasco com a camisa do Flamengo, ou de outros clubes que sejam. Quando eu venho aqui, venho representando as comunidades no entorno do Catumbi, Estácio, Cidade Nova, finalzinho da Tijuca com Estácio, finalzinho do Rio Comprido com Estácio e também uma parte do Catumbi. Cito isso porque estou vindo fazer um pedido da construção ? já fiz outras vezes e vou mais uma vez renovar esse pedido, em nome dessas comunidades no entorno dali ? de uma clínica da família que atenda às comunidades que não são atendidas pela Sérgio Vieira de Mello, que estão sendo atendidas em contêineres, com uma dificuldade enorme de acesso ali no São Francisco de Assis. O São Francisco é um ótimo hospital, excelente, maravilhoso, está dando apoio cedendo espaço para os contêineres, para ter, dentro deles, atendimento a pessoas das comunidades do São Carlos, do Estácio, do Rio Comprido, finalzinho aqui, do Catumbi, que não são atendidas pela Clínica da Família Sérgio Vieira de Mello. Ou seja, com uma dificuldade tremenda, eu tenho ido sempre lá levar um senhorzinho ? claro, é particular nosso, é um amor da nossa família ? que é o Senhor Manoel, que tem 100 anos e fará 101 anos em fevereiro. Ele é pré-diabético, tem uma dificuldade tremenda de caminhar, e eu tenho que ir lá, não tem jeito, fazer o curativo dele e o atendimento. Dito isso, estou aqui rogando aos vereadores desta Casa, por favor, através da Vereadora Rosa Fernandes, através do Vereador Paulo Pinheiro, através do Vereador Junior da Lucinha ? que tem sido um grande parceiro das comunidades ? pois eu venho fazer outros pedidos aqui nesta Casa, sempre visitando todos os gabinetes e, na maioria das vezes, pedindo em prol dessas

comunidades. Estou novamente renovando o pedido: por favor, Senhor Secretário, peço ao senhor que leve ao Prefeito ? peço o apoio de todos os vereadores desta Casa ? a visãoda necessidade da construção de uma clínica da família que atenda a essas comunidades, até da Praça 11, da Cidade Nova e todas as regiões dali. As comunidades estão necessitando ter uma clínica da família. O Conselho Distrital da AP 1.0, através da sua presidente Marilene, já apontou um espaço para ser construído. E ainda temos a construção ali onde era o antigo presídio da Frei Caneca. Nós temos cinco mil pessoas, ou famílias, precisando de atendimento também, e nós já apontamos, o Conselho Distrital da AP 1.0 já apontou o local para a construção dessa clínica da família. Já é de conhecimento público, já está dito ? acho ? apontando o local para a construção. Eu agradeço a vocês terem me deixado falar e, se em outras vezes eu voltar a esta Casa, vou novamente pontuar, vou martelar na cabeça de todos os vereadores, na cabeça da Secretaria de Saúde. A área dessas comunidades precisa da construção de uma clínica da família que atenda a eles, e não de contêineres atendendo. Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu queria informar aos senhores que esta Audiência irá terminar às 12h30. Nós ainda temos quatro oradores. Então, encerramos as inscrições com esses oradores e vamos dar três minutos para cada um, porque a gente precisa que o secretário faça as conclusões finais e responda às perguntas que ficaram ainda por responder. Eu queria chamar a Senhora Maria Aparecida Nunes, de Jacarepaguá, para que ocupe a tribuna. A senhora tem três minutos. Obrigada!

A SRA. MARIA APARECIDA NUNES ? Gostaria de cumprimentar a Vereadora Rosa Fernandes, o secretário, todos.

Bem, a minha pergunta é a respeito de transplante de córnea no Município do Rio de Janeiro. Eu gostaria de saber, secretário, e quem possa me responder. Visto que o Estado fez um investimento para captar doadores de córnea, temos visto e sabido da dificuldade para o credenciamento junto ao SUS, pelo Município, sendo que a verba é federal, não tendo custo para o Município. Para se fazer o credenciamento, é necessário a documentação de habilitação junto ao Estado. Eu gostaria de pedir o olhar carinhoso de todos, e citando também que o Hospital da Gamboa se encontra com centros cirúrgicos preparados para esse credenciamento. Por que essa demora? Eu agradeço.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Maria Aparecida, agradeço a presença na audiência. Agradeço também a presença e a colocação do nosso conselheiro distrital Marreta. Marreta, em relação à clínica da família da Cidade Nova, não haverá a construção de um prédio novo. A gente tem que pensar na sustentabilidade desse sistema. Na Cidade Nova, temos duas unidades de saúde históricas. A gente tem o antigo Pavilhão Carlos Chagas, que é o Centro Municipal de Saúde Marcolino Candau, que também receberá obras este ano. As equipes de saúde da família que estão atualmente no Hospital São Francisco, HESFA, estão em contêineres atualmente porque o

Hospital São Francisco é um prédio histórico incrível, muito bonito, que não recebia reformas e está destruído há muitos anos, com a frente virada para a Presidente Vargas; então, precisa receber. Essa reforma já tem orçamento, financiado pelo BNDES, já está em execução. Entregará uma parte do prédio, para que as clínicas possam voltar, para que as equipes do Saúde da Família voltem a atuar no prédio principal do HESFA, que é um local que terá muito espaço, muita qualidade de construção, muita acessibilidade.

Então, uma das preocupações que a Secretaria de Saúde tem e, obviamente, eu, como Secretário, quero ver a expansão do Saúde da Família, ver o sistema crescer. Obviamente, eu quero: quanto mais a Câmara de Vereadores puder ajudar a gente a construir clínicas, melhor.

Agora, é um bairro da Cidade que já tem unidades de saúde, e não justifica a gente construir uma nova e deixar a outra unidade se destruir e se deteriorar. Eu entendo a sua colocação e acho que ela foi muito pertinente, e a gente tem que, rapidamente, voltar com as equipes de saúde da família para um prédio organizado e sair dos contêineres.

Marreta, eu sou seu fã, muito obrigado!

Em relação à habilitação das córneas, a gente precisa do transplante de córnea, rede estadual de transplante. É óbvio que não é uma atribuição do Município realizar transplante, e sim do Estado e do Governo Federal, maior complexidade, mas é nossa atribuição fiscalizar e garantir que esse credenciamento aconteça.

Como acontece o processo de credenciamento? A secretaria recebe o pedido e encaminha para os conselhos distritais de saúde, Marreta, e o Conselho Distrital de Saúde da AP 1 faz um parecer, com uma visita técnica à unidade da Gamboa, junto com técnicos da secretaria. Também é necessário que o Hospital da Gamboa apresente seus certificados em relação à Vigilância Sanitária; posteriormente, é encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde; posteriormente, ocorre a validação da secretaria e o envio para a SIB.

Eu vou acompanhar, pessoalmente, como esse processo está acontecendo e onde ele parou. A nossa velocidade de credenciamento aumentou muito, desde que o José Carlos Prado Júnior entrou na Subsecretaria Geral, aumentando muito a velocidade dos processos de credenciamento, e, principalmente, desde que a vigilância passou para a Vigilância Municipal de Saúde, sob a coordenação do nosso Subsecretário Arnaldo Lassance. Então, esse processo é um processo que aumentou de velocidade e, especificamente, eu vou olhar o que aconteceu, ou se acontece algo diferente no credenciamento da Gamboa. Conte com todo nosso apoio, porque é interesse mútuo, o interesse é comum, ainda mais tratando de uma unidade filantrópica, como o hospital. Muito obrigado!

A SRA. MARIA APARECIDA NUNES ? Obrigada, Secretário!

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Obrigada a vocês!

Eu queria registrar a presença do Senhor Vereador Dr. Jairinho, Líder do Governo, e convidar o nobre Vereador Professor Rogério Rocal, para que

ocupe a Tribuna. Depois de um pequeno acidente, ele se mantém presente aqui, na Audiência Pública. É um excelente exemplo.

O SR. VEREADOR PROFESSOR ROGÉRIO ROCAL ? Senhora Presidente, Vereadora Rosa Fernandes, cumprimentando vossa excelência, cumprimento todos os colegas vereadores; Senhor Secretário, cumprimentando o senhor, cumprimento todo o corpo da Secretaria Municipal de Saúde.

Eu queria, nesse mês de novembro, em que o meu querido bairro de Campo Grande comemora 412 anos, agradecer. Eu fiz questão, Doutor Daniel, de vir aqui, mesmo com essa impossibilidade, para agradecer a atenção que o bairro de Campo Grande tem recebido, agradecer a atenção da nossa coordenadora Liliane Leal, da CAP 5.2.

O meu bairro ? claro que a gente é Vereador do município todo, mas a gente mora no bairro - esse eixo do Rio da Prata, Estrada do Cabuçu; Arnaldo Eugênio; Moinho, tem sido contemplado com ações da Secretaria Municipal de Saúde, fazendo a cobertura do atendimento primário.

Então, eu queria registrar isso e dizer que, para a população local de lá, é uma satisfação muito grande saber que pode contar com a Secretaria Municipal de Saúde.

Outra coisa que eu queria registrar: eu não sei como é feita essa questão do mapa. Eu conversei até com a nossa querida coordenadora se haveria alguma possibilidade, na confecção do mapa da Clínica da Família, para o Vereador local participar, a Associação de Moradores ou o Conselho Distrital de Saúde, para evitar que uma rua ou outra, que haja uma divisão na própria comunidade ? ?Esse pode! Esse não pode!?

Era só isso. Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Parabéns, Rocal. Gostei muito de ouvir a sua fala. É tão bom quando a gente consegue receber o reconhecimento de um trabalho.

Agora, essa participação na ?mancha? da Clínica da Família, ela é fundamental para quem conhece a ponta, como você. Você é o máximo.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Em relação às questões de Saúde. É superimportante trabalhar, executar as coisas, estar aqui presente, mas também é importante e fundamental, no Novembro Azul, no mês de cuidado da Saúde do homem ? hipertensão, diabetes, essas coisas - também estar em repouso, por algum trauma.

Mas agradeço o esforço por estar aqui, Vereador.

Quero dizer que o mapa das Clínicas é definido, de modo um pouco mais abrangente, pelas Coordenações de Área. E, três, quatro meses antes da inauguração da unidade, fazem-se reuniões com os moradores para fazer um ajuste fino e poder selecionar os recursos humanos. Lembrando que é importante a definição do mapa no detalhe, porque os agentes comunitários só podem se inscrever se moram naquele local. Então, se ficar fora do mapa, o agente comunitário não se inscreve. Depois, quando você amplia um pouco a

mancha, pode ter limitado algum candidato à inscrição no trabalho naquela unidade.

Então, certamente, Vereadora, se faz um ajuste fino, que precisa acontecer, e, às vezes, até depois de inaugurar, a gente percebe que precisa reduzir um pouco, aumentar um pouco, para acomodar as questões regionais, de transporte, de facilidade de acesso.

Então, faremos essas reuniões, e essa articulação certamente tem que acontecer.

Muito obrigado, Vereador.

Falar nisso, Vereadora, gostaria de fazer um pequeno comentário. Eu vi cinzeiros nas mesas aqui da Casa. Antigamente, as pessoas fumavam no Plenário, e os cinzeiros foram preservados, historicamente, pelo valor histórico. Mas é muito interessante ver como essa preocupação, esse cuidado com Saúde, aqui na Casa, foi mantido.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Secretário, não era só por isso, não. Na verdade, só ficou a estrutura. Os cinzeiros foram retirados porque, na euforia da discussão, eles poderiam voar pelo Plenário. Então, essas coisas foram retiradas do caminho. Entendeu? Mas valeu a observação.

Queria convidar o Vereador Reimont. O senhor pode ocupar a Tribuna. Tem três minutos.

O SR. VEREADOR REIMONT ? Três minutos é pouco demais, não é, Vereadora? Mas vamos lá.

Primeiro, Vereadora, a senhora falou do cinzeiro. E lá, em Brasília, que estão querendo botar arma na cintura dos Deputados? Imagina só o que não vai ser aquilo lá. Vai estipular e estabelecer o faroeste na Câmara federal. Lá, não é cinzeiro, não.

Vereadora, cumprindo a minha promessa - que se diz que político, às vezes, não paga promessa, mas eu cumpro todas as minhas - quero iniciar a minha fala, porque o público é diferente, distinto das outras audiências públicas, justificando o meu pequeno atraso. Não consegui chegar e pegar a exposição do Secretário Daniel. Por questões de cunho pessoal não consegui chegar na hora certa. Mas estou lembrando que, em toda audiência pública, a Lei Orçamentária Anual, o Projeto de Lei Orçamentária Anual veio errado, porque tem uma lei que é a base para se construir a LOA, que é a LDO. E aprovamos, lá, na LDO, duas emendas. Foram aprovadas duas emendas.

A Vereadora Rosa Fernandes vai dizer que estou fugindo do assunto, que ...

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Não. Vou descontar esse tempo.

O SR. VEREADOR REIMONT ? Vai dizer, depois, que, na verdade, a Câmara pode corrigir. É verdade que pode corrigir. Mas aprovamos, na LDO, duas emendas, uma de minha autoria e outra de autoria do Vereador Paulo Pinheiro. A de minha autoria para estabelecer o PCCS para os funcionários do

Administrativo; e a do Vereador Paulo Pinheiro para o PCCS da Saúde. E isso foi aprovado, portanto, é lei, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E a Prefeitura mandou para esta Casa uma LOA, que não contempla essas duas emendas. É como que dizendo para nós, assim: olha, vocês não merecem crédito. A gente vai tirar. E vocês vão acatar. Quer apostar que vocês vão acatar? E chegou aqui, a Câmara acatou a LOA, que veio equivocada, que veio errada. A LOA não poderia ter omitido aquilo que já foi aprovado na LDO.

Feito essa introdução, queria ir a alguns pontos.

Primeiro, parabenizar o Secretário Daniel e a sua equipe pelo trabalho, que a gente sabe que não é um trabalho fácil. Fazer gestão da Saúde em município de seis milhões e meio de habitantes não é coisa fácil. Por isso, a nossa função é de atentar para algumas questões, para ajudar no processo. Audiência pública é exatamente para isso.

Queria, inicialmente, lembrar que aprovamos, aqui, na Câmara, uma lei que foi, depois, vetada. Derrubamos o veto. A Câmara promulgou a lei. E essa lei ela estabelecia a questão, dentre as práticas integrativas e complementares, a prática de florais. Estive lá com o Secretário, que nos atendeu muitíssimo bem, com um grupo que trabalha com florais. E a Prefeitura questionou, na Justiça, essa lei. O Prefeito arguiu a inconstitucionalidade. E não tem problema, não. Não tem problema nenhum. Pode arguir inconstitucionalidade. Não tem problema. Mas é preciso fazer.

Então, queria que o Secretário retomasse isso, porque a gente considera que é uma terapia complementar importante, como as outras, como a medicina tradicional chinesa, a acupuntura, práticas corporais, homeopatia, plantas medicinais, fitoterapia, - todas importantes.

Mas, a Lei Nº 5.617 pode ser inconstitucional. Não tem problema. Mas a Secretaria podia fazer isso, podia dar encaminhamento, Secretário. Está parado. Inclusive, na LOA não tem nenhuma alusão. A gente queria que o senhor nos desse encaminhamento.

(LENDO)

?Antes da elaboração do Plano Plurianual que está em vigência, a ação intitulada Ações de Atenção Integral ao Ciclo de Vidas e Gênero tinha com desdobramento fornecer métodos contraceptivos, atender gestantes em polo de risco e apoiar unidade de atenção primária. Em 2014, essa ação passou atender apenas às práticas integrativas e complementares. De acordo com os relatórios de gestão e avaliação do Plano Plurianual, o valor apresentado como realizado, qual entendemos como valor liquidado na prestação de contas, é sempre idêntico ao valor empenhado da ação.?

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Isso quer dizer que a Prefeitura erra ao apresentar o valor dos empenhos como os realizados de fato, uma vez que empenho é uma etapa anterior à execução.

Portanto, distinto da realização da despesa. Isso foi verificado em todo período de pesquisa de 2012 e 2014.

Com este tipo de erro a Prefeitura coloca em xeque a credibilidade dos relatórios que recebemos. Em 2014, por exemplo, o valor executado dessa ação foi zero, e a Prefeitura o apresentou como R\$ 7.172,00, prestação de contas do orçamento de 2014, portanto, já executado, concluído e aprovado o valor do empenho.

Alem disso a meta prevista era de 124 mil pacientes atendidos por práticas integrativas e complementares. O realizado apresentado foi 362 mil. Imagine, 362 mil como meta física para uma execução de R\$ 7.172, 00. A Prefeitura então, consegue superar a sua previsão, como ela consegue fazer isso se a execução na verdade foi zero, foi nula?

Aí eu queria lembrar isso, e pedir ao Secretário que se coloque.

Depois quero lembrar, e já foi falado aqui, Secretário, mas há um desejo dos servidores da saúde em relação ao PCCS, o pessoal do Controle de Endemias. Conversei esses dias com o Presidente da Comissão de Higiene, Saúde Pública, e Bem-Estar Social da Câmara, e ele nos disse que isso está encaminhado, foi o que o Vereador me disse.

O pessoal do Controle de Endemias está querendo saber qual o seu lugar ao sol no PCCS. Quero que o senhor nos fale sobre isso, e sobre o plano de cargos da saúde de maneira mais ampliada.

Depois, como vivemos uma crise de representação política, e isso nós padecemos, diretamente nós que vamos ao sufrágio, padecemos dessa dificuldade. Há uma crise de credibilidade na política. Por conta disso é preciso passar da representação à participação. Eu vejo que aqui no relatório, quando o Secretário fala, ele apresenta o orçamento participativo para construção de Clínicas da Família e de modo particular fala da Clínica da Família da Rua do Bispo, que está sendo construída ao lado do antigo Colégio Santa Dorotéia. Aí, essa questão do orçamento participativo, o que está compreendido ali? A discussão do Sales Neto, ou tem outras divisões envolvidas? Porque se tem outras discussões envolvidas, o orçamento participativo é a possibilidade de darmos mais credibilidade na questão da intenção das pessoas participarem do pleito político.

Temos no programa 0330, Ação, Construção, Ampliação, e Reforma de Unidades de Saúde da Família, o valor que está no orçamento para 2016 é de R\$ 130 milhões. Quero perguntar ao Secretário se esses R\$ 130 milhões está contando já com aquilo que a Câmara está prometendo, que é o valor de R\$ 100 milhões. Há um projeto de lei tramitando na Câmara para construção de Clínicas da Família, ele está incluído aqui? Porque para 2015 a Câmara enviou à Prefeitura um cheque de R\$ 130 milhões. Desses R\$ 130 milhões que a Câmara enviou, além disso nós tínhamos mais R\$ 55 milhões do orçamento. Esses R\$ 55 milhões foram cancelados. Portanto só se usou até agora R\$ 122 milhões. Sobre os R\$ 130 milhões que estão apresentados para 2016, a minha pergunta é se os R\$ 100 milhões estão incluídos, porque se estiver incluído acho que falta, e acho que essa é a minha função como parlamentar, mas é mesmo uma lembrança camarada, uma lembrança companheira. Que a lei que

permitiu à Câmara enviar R\$ 100 milhões para a Prefeitura para a construção de Clínicas da Família pedia à Prefeitura que nos apresentasse um relatório trimestral. E se não me engano, pelo menos que me consta, nós estamos no mês de novembro e não foram apresentados os relatórios de prestação de contas dos R\$ 130 milhões. Outro dia falava com o Vereador Jorge Felipe, se não foi, a gente tem dificuldade ? não é que tem dificuldade; vai ser aprovado, claro que vai ser aprovado! ? mas a gente votaria com muito mais coerência porque a lei não estaria sendo burlada. Nós estamos em novembro. Queria solicitar que a prestação de contas fosse feita ? que a gente sabe que foi executado, não temos dúvidas sobre isso! ? como a lei exige. Consta na lei que a prestação de contas daquilo que foi encaminhado para a Prefeitura.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? O senhor pode concluir, Vereador?

O SR. VEREADOR REIMONT ? Estou concluindo. Depois, eu queria lembrar, além de ter falado da Clínica de Saúde da Rua do Bispo, falar da Clínica da Família da Comunidade do Arará, que pretende, também, pegar aquela região da Barreira do Vasco, importante região, muito adensada. E necessitando saber como é que a gente dá andamento a isso com mais celeridade.

E depois, reforçar a fala do Vereador Rafael Aloísio Freitas, quando fala lá da Clínica na Rua Botucatu, de a gente também acelerar isso. Eu estive um pouco na luta do pessoal do Grajaú, que fez aquela movimentação, no meu entendimento, corretíssima, quando diziam: ?Nós queremos clínica, mas queremos também a praça?.

Acho que essa prática de construir clínicas em praças, que não é só no Grajaú ? no Grajaú o pessoal reclamou e foi revista essa decisão. Mas em outras áreas da cidade tem se tirado muitas praças. Outro dia estive no Barata, lá em Realengo, e lá também há a construção de Clínica da Família esta sendo feito em praça. Que a gente repense esses equipamentos, que são importantíssimos, mas que não podem deteriorar outros equipamentos que a sociedade precisa.

Então, eu queria fazer coro a isso, lembrando a importância de se acelerar o processo para a Clínica do Arará, a importância de se iniciar o processo na Botucatu, na Clínica do Grajaú. E a importância, também, de nós zelarmos pelas nossas praças e não fazermos os processos de construção de Clínicas da Família substituindo espaços de lazer da nossa cidade.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Muito obrigada, Vereador. Ele sabe que eu gosto dele, por isso ele me maltrata. Treze minutos.

O SR. VEREADOR REIMONT ? A senhora gostar de nós é muito bom, Vereadora. Eu também gosto muito da senhora, a senhora sabe disso, mas isso aqui é para além disso.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Toda vez que o Vereador

Reimont fizer essa colocação, ele vai ouvir a nossa posição. E para os senhores que estão em casa, assistindo à Audiência Pública, o Vereador Reimont está se referindo a uma lei aprovada, autorizativa, inclusive com o meu voto. Mas a decisão do Plano de Cargos e Salários é uma decisão do Executivo. Ele pode incluir na Lei Orçamentária. Mas isso não impede que esta Casa sinalize, com toda a veemência, a importância da inclusão do Plano de Cargos e Salários. E também possa, através das emendas, corrigir possíveis erros ou emendar, por eventuais omissões, a Lei Orçamentária, que, tendo sido encaminhada dessa forma, se para o Executivo está correta, para alguns vereadores está incompleta. Mas isso não inviabiliza a Audiência Pública da Lei Orçamentária. Entendo e sou parceira do Vereador Reimont, assim como do Vereador Paulo Pinheiro quando apresentam questões que são justas em relação à saúde. Mas, infelizmente, temos as nossas limitações, e temos que acatar algumas decisões que vêm do Executivo por uma questão legal e legítima.

Queria também aproveitar para falar sobre as Clínicas da Família nas praças. A gente tem muito esses problemas na zona norte e na zona oeste, porque as praças são verdadeiramente utilizadas. Mas, em alguns lugares, como foi o caso da UPA de Rocha Miranda, havia duas praças, uma do lado da outra, e a gente teve que fazer uma opção. Na verdade, o prefeito ainda comprou um pedaço de área particular. Mas, isso não impossibilitou a manutenção de todo o espaço de lazer que já existia. O que houve foi um melhor ordenamento e a inclusão de uma área que não era pública. Hoje, quando você tem criatividade, quando a gente discute com a comunidade, explica e tal, você tem hoje um espaço muito melhor do que era. Em alguns lugares, como, por exemplo, Ramos, os moradores não gostaram da ideia, porque isso é geralmente discutido com a população. E a gente ainda procura, até hoje, um espaço para a implantação de Clínica da Família, na época também, de UPA para aquela área. Alguns lugares são muito adensados e não têm alternativa, e a gente busca a alternativa que existe. Concordo com o Vereador Reimont, porque é preciso a gente administrar e sempre dá para administrar, colocar a Clínica da Família e manter um espaço para a criançada continuar convivendo, para que se mantenha um espaço harmonioso. Mas, a gente tem que definir as prioridades. No nosso caso, a prioridade é a Clínica da Família.

Quero convidar o Vereador Dr. João Ricardo, pedindo desculpas ao Secretário, porque havíamos combinado um horário de término, e a gente já está ultrapassando quase meia hora. Peço, então, ao Vereador Dr. João Ricardo que se pronunciasse, e depois que o Secretário pudesse juntar a resposta ao Vereador Reimont à resposta ao Vereador Dr. João Ricardo e fazer suas considerações finais.

O SR. VEREADOR DR. JOÃO RICARDO ? Quero tecer alguns comentários. Quero deixar públicos o carinho, o amor e o compromisso que a Vereadora Rosa Fernandes tem com o seu trabalho, com as Audiências Públicas, em detrimento, inclusive, de sua própria saúde. Amamos Vossa Excelência e temos grande carinho e reconhecimento pelo que a senhora faz aqui hoje. Quero também ressaltar a presença maciça da equipe da Secretaria de Saúde.

Temos aqui diretor de hospital, coordenadores, responsáveis de programas, o Rio Saúde, com o Doutor Leonardo, meu amigo, e isso reflete o compromisso e o respeito que a Secretaria de Saúde tem em relação a esta Casa, compromisso de debater e ouvir os vereadores. Dizia eu que nunca houve uma secretaria de saúde mais de rua, que ouve tanto quanto a que existe hoje. Digo isso porque me considero um vereador da ponta, que visita os mais distantes rincões da cidade, e não tenho problema algum para me comunicar com os membros da Secretaria de Saúde. Coincidentemente, liguei para a Doutora Carolina, da Cap 1.0, às 8h30 da manhã, e ela me disse que estava na Câmara. Liguei em função daquele trágico ocorrido que o Vereador Paulo Pinheiro muito bem lembrou. Imediatamente liguei para o Doutor André Bastos, diretor da unidade, que, também perplexo, dizia que estava investigando essa situação lamentável. Queria dizer que vai ser muito difícil retornar aos moldes anteriores, Vereadora Rosa Fernandes, retornar a uma Secretaria de Saúde amarrada, burocrática, onde para se falar com o Secretário se precisava de uma solicitação de audiência com 10 dias de antecedência. Pois é, às vezes é o Prefeito, mas temos tido eco em todas as nossas demandas.

Eu queria fazer esse comentário e chamar a atenção de Vossa Excelência, Senhor Secretário, para a atenção que o senhor tem dado aos ortopedistas. Penso que temos que ter um cuidado especial com eles. Mas, mesmo assim, quero parabenizar pela decisão da nomeação do Doutor Cristiano Chame para a diretoria do Hospital Miguel Couto. É bem verdade que o Doutor Luis Alexandre fez um excelente trabalho e entregou o hospital numa condição melhor de gestão, mas também é verdade que muita coisa tem mudado em nosso hospital e o Doutor Cristiano tem dado, sim, um andamento célere às questões pendentes.

O Vereador Paulo Pinheiro fez um comentário importante. Eu também recebo denúncias desse tipo e queria pedir, então, a Secretaria de Saúde que reforce o controle do pagamento de contribuições e encargos trabalhistas já que de fato eu recebo, sim, várias reclamações de OS que não cumprem com essa obrigação e isso só se vai saber no momento da rescisão contratual. Também recebo em meu gabinete, pela Comissão de Saúde, várias reclamações de funcionários que não recebem as verbas rescisórias. Eu acho que poderia ser criada, na Secretaria, uma agência, uma equipe que pudesse fazer esse controle e não deixar chegar aonde chega.

Foi feito também um comentário aqui e eu quero ressaltar que houve um aumento no número de bolsistas, no chamamento deste ano, inclusive com o aumento de bolsistas de outras áreas. Nós recebemos o edital e percebemos que bolsistas da área de enfermagem, fisioterapia e outras áreas também foram contempladas nessa área.

Quero chamar a atenção também, Secretário, e aí vou propor um caminho inverso. A capacidade do Estado, que nesse momento vive uma crise sem precedentes que ainda não nos atingiu, não atingiu o nosso Município, certamente está carregando uma sobrecarga importante na nossa rede. Vai causar constrangimento aos municípios e nós não podemos deixar isso acontecer. Nós sabemos que hospitais importantes em áreas programáticas

específicas, como a de transplantes, por exemplo, que são agregadas à rede estadual, não estão trabalhando! A questão da cirurgia bariátrica, a questão da obesidade mórbida, também vive uma crise sem precedentes com paralisação quase que total das suas atividades. E todos aqueles que prestam serviços ao Município têm muito medo de que suas obrigações não sejam cumpridas pelo Estado porque o Estado não tem sido um cumpridor como tem sido ? e aqui eu me atrevo a dizer ? a Secretaria de Saúde Municipal.

Eu queria um caminho inverso para que os nossos munícipes sejam atendidos de maneira digna. Ao invés de nós repassarmos a obrigação ao Estado, que nós negociássemos diretamente com o Ministério da Saúde e passássemos a cumprir para com os nossos munícipes. Eu sei que isso soa muito ruim. O Secretário José Carlos está aqui e já deve estar tendo uma dor anginosa, uma dor precordial, porque, sem dúvida alguma são atribuições que são constitucionalmente delegadas ao Estado, mas que não têm sido cumpridas a contento, atingindo assim os nossos munícipes.

Seriam essas as minhas considerações. Finalizando, quero parabenizar mais uma vez a equipe da Secretaria de Saúde que é sim, e todas as vezes que eu pego o microfone, por uma questão de justiça, eu tenho que dizer, uma equipe brilhante, uma equipe que vibra, que tem compromisso, que está motivada, que tem liderança e que nós, conforme o Vereador Professor Rogério Rocal disse aqui muito bem, que somos vereadores que estamos na ponta, que estamos lá nas clínicas no atendimento aos pacientes, temos um acesso que nunca houve e que nós não queremos que mude.

Nós tememos agora, então, para o futuro, porque nós não queremos marcar audiência com o Secretário, não queremos não ter acesso ao Doutor Mário Celso, subsecretário e outros gerentes de programa. No mais, muito obrigado e nos colocamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Obrigada, Vereador Dr. João Ricardo.

Queria passar a palavra para o Secretário, para que ele possa responder às perguntas do Vereador Reimont, do Vereador Dr. João Ricardo e fazer as suas considerações finais.

O SR. SECRETÁRIO DANIEL RICARDO SORANZ PINTO ? Obrigado, Vereadora.

Peço desculpas pelo adiantado da hora, mas também agradeço a disponibilidade de todos os senhores de estarem assistindo ao detalhamento desse planejamento orçamentário.

Respondendo inicialmente aos questionamentos do nobre Vereador Reimont. Com muito apreço, Vereador, o senhor esteve comigo discutindo a questão das práticas integrativas e complementares do nosso município. Uma política nacional que deve ser valorizada. Só a título de registro, em relação ao quadro orçamentário e de metas, em relação aos programas, a grande maioria do recurso orçamentário é executada de maneira descentralizada pelas coordenações de área programática. Então, os recursos que são executados

pelo PT do nível central são para pequenas ações. Então, provavelmente esses R\$ 7.000,00 executados correspondem à passagem ou compra de algum pequeno material de fundo rotativo. Foram em pequenas coisas do programa. A massa da execução e que gera os procedimentos é o que acontece nas unidades de saúde. A nossa previsão é o aumento das práticas integrativas e complementares. E eu acho que a gente deve e tem obrigação dentro da Secretaria - e falando com a Cristina, que é coordenadora do programa, que é gerente do programa com a nossa subsecretária Betina Durovni, a gente deve sentar em conjunto com o gabinete do senhor como já solicitado. E montar uma política institucional organizada, publicada sobre as práticas integrativas e complementares. Acho que esse é um dever da Secretaria. Isso lembra muito bem, apesar de não ser considerada em outras gestões, fosse isso inconstitucional a partir da Câmara, eu acho que a gente deve elaborar em conjunto desde já, e já convido o nobre Vereador a participar.

Em relação à Clínica da Família em praças, gostaria de lembrar que o movimento ?Praça Sim, Clínica Sim?, no Andaraí, foi muito bom, mas em nenhum momento a Secretaria disse que construiria clínica na praça sem conversar com ninguém. Inclusive a licitação dessa clínica foi feita para um terreno que parte é pública e a outra parte seria desapropriada em outro local. Então, não há nenhum documento. Não há nenhuma imposição da Secretaria no sentido de que faríamos a clínica na praça. Felizmente, escutando os moradores por intermédio do Vereador Reimont, dos demais vereadores, a gente conseguiu outro terreno na Rua Botucatu, que também é público, por sinal. É um pouco deslocado da área de cobertura, mas muito próximo da comunidade. Felizmente conseguimos sanar as questões.

Em relação às Clínicas da Família objetivamente, Vereador, em nenhum momento a Secretaria lança o seu espaço, a sua área para dentro das praças, dos espaços públicos sem previamente pactuar. No Barata, por exemplo, não se construiu a clínica na praça, se derrubou. Os moradores foram escutados e teve até uma votação interessante na praça. É uma decisão do Prefeito Eduardo Paes e uma colocação para o secretário, subprefeito, administradores regionais, em nenhum momento entrar no peito e sempre entrar de maneira pactuada, de maneira organizada. Inclusive, lembrando aí do superintendente de orçamento, a Secretaria de Saúde executa grande parte do orçamento de gestão participativa como ele foi proposto. A clínica do Bispo, por exemplo, que o senhor cita, é um ótimo exemplo de orçamento participativo. E o terreno foi escolhido ali em comum acordo com toda a comunidade. A clínica da família da Rua do Bispo, que vai se chamar clínica da família Estácio de Sá pela proximidade da própria universidade, é uma clínica que tem um número de consultórios a mais do que o previsto para ser uma clínica justamente de escola, Vereador Dr. João Ricardo, para favorecer a formação de profissionais junto à unidade e para ter a presença de residentes. Quero também, Vereador, aproveitar para agradecer a sua mediação, porque, na última audiência pública da LOA, tinha uma discussão muito pesada em relação ao destino do Hospital Salles Netto, ou seja, como isso iria acontecer.

Então, hoje, já podemos ver - depois de um ano - como o Salles Netto evoluiu,

como evoluiu no número de procedimentos, como evoluiu nas questões de satisfação do usuário e da comunidade local. Quero agradecer, vereador, por toda essa mediação nesse período, o qual foi superimportante. Só para lembrar: com relação à última LOA, o meu celular tem todos os questionamentos dos senhores vereadores; então, quero deixar isso aqui também registrado.

Vereador, em relação ao PCCS, os agentes de controle de endemias não são, hoje, no Plano de Cargos da Secretaria, considerados agentes e, sim, auxiliares de controle de endemias. O nome correto para essa função é agente de vigilância em saúde. Isso precisa ser revisto e entrar no Plano de Cargos. Acontece que, hoje, temos um dissenso histórico em relação aos cargos de saúde: algumas categorias, de nível superior, acham que devem ganhar mais do que outras categorias de nível superior, não querem o mesmo enquadramento. A mesma coisa acontece com relação à categoria de técnicos e de auxiliares.

A intenção do plano da secretaria é que pudéssemos reduzir ? pensando num sistema mais igual, mais justo ? a diferença entre quem ganha mais e quem ganha menos, mas o nosso mercado, hoje, não permite isso. Então, essa é uma tensão que está posta à Mesa. O consenso da câmara de negociação, entre os sindicatos, não é simples de resolver. Eu, também, peço apoio de todos, desta Casa, para que nos ajude a chegar a um consenso, para que possamos, de fato, evoluir nessa discussão. Sim, sim, sim! Não estavam, mas estão sendo inseridos na discussão. Também existia a discussão de que eles não participavam da mesa de negociação do SUS, porque não havia um cargo criado. Isso não foi fácil de fazer, mas, atualmente, o sindicato deles já faz parte da Mesa, por requisição deles próprios.

Bem, continuando os questionamentos do Vereador Dr. João Ricardo. Para a Secretaria de Saúde, Vereador, primeiro, quero dizer que nós não estamos privilegiando só os ortopedistas: o João Araújo é cirurgião vascular, o André é cirurgião-geral. Antes de o diretor do Miguel Couto ficar tão feliz assim: não basta ser ortopedista, para ser diretor. Então, não é só o fato de ser ortopedista que o credencia a assumir a direção, mas também a direção do centro cirúrgico da unidade ? é uma brincadeira com o Vereador Dr. João Ricardo.

Vereador, em relação aos casos do CE... Gostaria muito da presença da Comissão de Saúde apoiando essa investigação, pois a presença dos vereadores, certamente, promove maior transparência de todo esse processo de investigação. Agradeço, pois quando aconteceu o ocorrido, a Comissão de Saúde foi para dentro do hospital...

Para finalizar, Vereadora Rosa Fernandes, existe, hoje, uma situação muito grave no sistema de saúde do país. O Ministério da Saúde teve um corte orçamentário de R\$ 14 bilhões, os estados pouco conseguem gastar mais do que o seu mínimo constitucional, por um déficit de arrecadação, uma diminuição da arrecadação.

Entretanto, todo o corte orçamentário no Ministério da Saúde envolve as populações e as pessoas mais pobres. Não sabemos até quando o Município do Rio de Janeiro vai ficar fora dessa crise. Mas os hospitais federais, hoje,

vivem uma crise orçamentária expressiva. E nas prestações de contas, nesta Casa, eu apresento por unidade, ano a ano, a produção de cada unidade. E é evidente, é muito transparente a redução dos procedimentos dos hospitais federais. É evidente e muito transparente a crise de falta de insumos estratégicos e que vão acontecer e que podem se agravar se o Ministério da Saúde não tiver o seu orçamento recomposto. E a possibilidade de atraso dos recursos de média e alta complexidade dos meses de novembro e dezembro, dos quais o Ministério não tem previsão orçamentária para pagar, podem gerar uma crise nacional do Sistema Único de Saúde.

E se a gente puder contar com todos os vereadores desta Casa, da mesma maneira que fazem, preservando o recurso da Fonte 100 da Prefeitura do Rio de Janeiro no Sistema de Saúde da cidade... Que a gente possa contar com a força política e todo o apoio político de nossos vereadores da Cidade do Rio de Janeiro em prol da recomposição do orçamento do Ministério da Saúde, e que isso evite que tenhamos crises ainda maiores no nosso sistema. Lembrando que a gente tem um dos Sistemas de Saúde do mundo mais subfinanciados. O Governo Federal gasta somente 2.8 do que arrecada com saúde, o que é muito grave. Então, somos o país da América Latina que menos gasta com saúde pública.

E esse apoio, para não deixar reduzir ainda mais o orçamento do Ministério da Saúde, será de fundamental importância para a Cidade do Rio de Janeiro, mas, também, para todo o Estado e todo o país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) ? Eu queria registrar que o Secretário demonstra em cada audiência o seu preparo, e que apesar do pouco tempo à frente da Secretaria, dá a sensação de que está na gestão há muito, mas há muito mais tempo do que verdadeiramente está.

Parabenizo a Comissão, que mostra competência e a todos os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde. Agradeço, pela presença, aos representantes dos Conselhos Municipais de Saúde; às lideranças, pois são raras as que se propõem a participar, discutir e a se pronunciar nas audiências públicas; à postura de cada um dos vereadores que se apresentaram aqui. Quero ressaltar o nível da Audiência Pública, o que eleva cada vez mais o padrão não só da Secretaria, mas também da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

E eu fico muito feliz de estar presidindo esta Audiência Pública no padrão, na qualidade, no nível de esclarecimento que ela promove.

Agradeço a todos, e dou por encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 12h58)

## RELAÇÃO DOS PRESENTES

Paulo Eduardo de Souza, Herivelton Teixeira de Oliveira Cruz, Cristiano Chame, Marcio Esser, Paulo Cesar de Farias, Rita de Cassia, João Carlos dos Santos, Luiz Carlos Cassano, Olga Figueiredo, Carla Brasil, Roberto Rangel

Alves Silva, Maria Alice Gunzburguer Lima, Marcio Cristiano Guimarães, Gilberto Romão Bonfim, Cassio Fernando Cardoso Estevan, Ligia Borges de Souza, Marcio Leão, Daniel Soraz, Vitoria Veloso, Elizabethe de Abrantes Casa, João Araujo, Tatiana de Luna Rego, Maria de Fátima Gustavo Lopes, Jefferson de Figueiredo Rosa Rubens Almeida, Keith Simas, Tatiane Ramos de Brito de Oliveira, Marli da Silva Lima de Souza, Stael Freire, Asdolfo Barbosa, Claudia Nastari, Andreia Atila, Giannina, Liliane Leal, Poliana Rodrigues Alves, Alexandre Matos de Araujo, Giselle de Sá Quintanilha, Lucia Lafayette, Juliana Machado, Sergio Aquino, Carlos Henrique Alves, Ana Caroline Caneto, Cesar Luiz da Silva Vasco, Jose Carlos Prado Junior, Leonardo Castilho, Guilherme Wagner, Isis Leite, Fabiana Pereira, Luís Estevan Barbosa Ribeiro, Cláudia Cunha Espenelo, Carlos Alberto da Silva, Jones Flexa, Rosane Santos Salsa, Maria do Carmo Correa Barbosa, João Batista Leão de Melo, Rafael Moraes.